

RESUMO

Esta pesquisa pretende investigar critérios de avaliação da produção científica em periódicos e congressos em Administração no Brasil. A primeira parte da pesquisa consiste de um estudo exploratório sobre que critérios que deveriam ser utilizados para definir a qualidade de uma contribuição científica. A segunda parte da pesquisa consiste de uma avaliação sobre que critérios são efetivamente utilizados na avaliação de pesquisa científica brasileira nesse campo. O objetivo final é propor um modelo de requisitos para a avaliação de trabalhos científicos no campo da Administração no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Produção científica; Critérios de avaliação; Administração de Empresas.

ABSTRACT

This research intends to investigate the criteria used to evaluate scientific contributions in periodicals and conferences in the field of Business Administration in Brazil. The first part consists of an exploratory study focusing on the criteria that should be used to define the quality of a scientific contributions. The second part comprises an evaluation of which criteria are in fact used in the evaluation of Brazilian scientific research in the field. The final objective is to propose a model of criteria to evaluate scientific work in Business Administration in Brazil.

KEY WORDS

Scientific contributions; Evaluation criteria; Business Administration.

SUMÁRIO

I.	Introdução	7
1.	Justificativas.....	8
2.	Objetivos	9
3.	Premissas.....	10
4.	Estrutura do trabalho	11
II.	Revisão teórica – ser ou não ser (boa) teoria: eis a questão.....	11
1.	Produção do conhecimento e produção científica.....	12
2.	Ciência normal	14
2.1.	A produção social do conhecimento científico.....	18
2.2.	A dimensão temporal na produção do conhecimento científico.....	19
2.3.	As condições para a produção do conhecimento científico	19
3.	A teoria administrativa na contramão da história?	20
3.1.	O que constitui uma contribuição teórica?	23
3.2.	O que não é teoria?.....	26
3.3.	Como julgar uma contribuição teórica?	28
4.	Produção científica em administração no Brasil.....	29
5.	Comentários	34

III. Pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória	36
1. Objetivos	36
2. Metodologia	37
2.1. Metodologia da pesquisa bibliográfica (de critérios de avaliação em periódicos científicos de administração)	37
2.2. Metodologia da pesquisa exploratória (critérios prescritos por pesquisadores de administração seniores no Brasil)	41
3. Resultados	43
3.1. Resultados da pesquisa bibliográfica (de critérios de avaliação em periódicos científicos de administração)	43
3.2. Resultados da pesquisa exploratória (critérios prescritos por pesquisadores de administração seniores no Brasil)	47
3.2.a. A heterogeneidade dos processos de avaliação	48
3.2.b. A falta de clareza dos processos de avaliação	51
3.2.c. A questão da consistência nos processos de avaliação	51
4. Análise e discussão	53
4.1. Análise da pesquisa bibliográfica (de critérios de avaliação em periódicos científicos de administração): propondo um quadro de análise	53
4.2. Análise da pesquisa exploratória (critérios prescritos por pesquisadores de administração seniores no Brasil)	57
4.3. Proposição de um <i>Modelo de Requisitos</i>	60

4.3.a. Definição dos critérios e categorias de critérios do <i>Modelo de Requisitos</i>	61
4.3.b. Relativizando o <i>Modelo de Requisitos</i>	67
IV. Pesquisa de campo.....	74
1. Objetivos	74
2. Metodologia	75
3. Caracterização da amostra	77
3.1. Instituições e regiões de origem.....	77
3.2. Periódicos e <i>outlets</i>	79
4. Resultados da pesquisa de campo	80
4.1. Perfil dos <i>referees</i>	80
4.1.a. Área temática dos <i>referees</i>	80
4.1.b. Experiência dos <i>referees</i> como avaliadores	82
4.1.c. Nível de inserção dos <i>referees</i> no mundo acadêmico exterior .	83
4.1.d. Formação dos <i>referees</i>	86
4.2. O processo de avaliação.....	88
4.2.a. Conhecimento da identidade do autor e da instituição.....	89
4.2.b. Publicação ou apresentação.....	91
4.2.c. Relação do <i>referee</i> com o tema	92
4.3. Critérios prescritos pelos <i>referees</i>	93

4.3.a. Critérios prescritos	93
4.3.b. Nível de homogeneidade na prescrição de critérios entre os <i>referees</i>	96
5. Análise e discussão.....	101
5.1. A heterogeneidade do campo	102
5.2. Contradição e idealizações.....	105
V. Conclusões	107
1. Síntese	108
2. Torre de Babel.....	111
2.1. Um modelo “preliminar” de requisitos.....	113
2.2. Algumas sugestões	116
2.2.a. Sugestão nº 1: reconhecer a necessidade de um modelo	116
2.2.b. Sugestão nº 2: adotar uma postura tolerante.....	117
2.2.c. Sugestão nº 3: limitar o nível e escopo da flexibilidade.....	118
2.3. Para evitar a “síndrome de Babel”	119
VI. Bibliografia	119
VII. Anexos	122

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Carlos Osmar Bertero *

Miguel P. Caldas *

Thomaz Wood Jr. *

*“Você não escreve para dizer algo.
Você escreve porque tem algo a dizer.”*

F. Scott Fitzgerald

“A ciência é feita de fatos como as casas são feitas de pedras ... mas uma pilha de pedras não é uma casa, e uma coleção de fatos não é necessariamente ciência.”

J. H. Poincaré¹

“Uma boa teoria explica, prediz e deleita.”

Karl Weick²

* Agradecimentos às alunas que participaram da pesquisa que originou o presente relatório como auxiliares de pesquisas, Beatriz Maria Braga Lacombe, Celia A. S. M. Barth, Carmen Silvia Sanches e Sônia Bruck Pereira. Este projeto do NPP foi realizado sob a responsabilidade do Prof. Carlos Osmar Bertero.

¹ Poincaré, J. H. *in* Whetten, D. A. What constitutes a theoretical contribution? *Academy of Management Review*, 14(4): 490-495, 1989, p. 493.

² Weick, K. *in* Sutton, R. I. e Staw, B. M. ASQ Forum: What theory is not. *Administrative Science Quarterly*, 40: 371-384, 1995, p. 378.

I. INTRODUÇÃO

Questão permanentemente inquietante em administração é a sua fragilidade enquanto área de conhecimento. Embora se tenha começado a falar de administração há pouco mais de um século, o que é pouco se tomarmos como referência ciências exatas, matemática e filosofia, não é tão pouco assim se compararmos com outras disciplinas, de evolução tão recente quanto a administração, e que já lograram consolidar razoável cabedal teórico.

Exemplos adequados podem ser encontrados na psicologia do inconsciente, com destaque especial à psicanálise, a história “evenementielle”, e desenvolvimentos em áreas específicas como psicologia diferencial e da personalidade, sociologia do conhecimento, antropologia social para adicionarmos mais alguns exemplos.

Após pouco mais de um século ainda é problemático falar em conhecimento científico em administração. A área continua agitada por modismos e por posições díspares quando se tenta abordá-la de uma perspectiva epistemológica, de teoria da ciência, ou mesmo em termos de metodologia de pesquisa.

Fazer afirmações e decidir sobre o que é científico e o que é produção científica de qualidade implica em critérios. Assumem então relevância duas questões:

- Primeiramente, quais seriam estes critérios e/ou fatores de avaliação e como eles definiriam o nível de significância ou de qualidade de uma contribuição científica em administração. Esta questão deve ser analisada em geral e também referida ao Brasil, se supusermos que a universalidade científica não implica em eliminação de peculiaridades culturais.
- Segundamente, que critérios são efetivamente utilizados para avaliar a produção científica, vistas sob o ângulo da submissão de trabalhos a periódicos e congressos científicos em administração no Brasil.

Pela abrangência dessas questões de investigação, a pesquisa aqui relatada foi dividida em duas partes, uma para cada uma das questões colocadas. O presente **Relatório de Pesquisa** cobre os resultados de ambas as partes.

1. JUSTIFICATIVAS

Um trabalho de pesquisa envolvendo critérios para a produção científica em administração em nosso país se justifica por várias razões.

A primeira é que nos diversos veículos (“outlets”) para apresentação da produção científica nacional, incluindo periódicos, congressos, reuniões, “workshops” e encontros científicos em geral, parece haver reduzido consenso quanto aos critérios que distinguem contribuições mais significativas de outras menos significativas.

Por outro lado, quando observamos a situação de centros de pesquisa mais avançados, constatamos que, mesmo não existindo um consenso uno, monolítico, ele ocorre dentro das várias vertentes (ou paradigmas) de pesquisa. Além disso, parece haver uma permanente preocupação em buscá-lo, definindo de forma explícita – pela publicação dos critérios – ou implícita – através do histórico da publicação e da declaração da sua linha editorial, por exemplo.

A falta de parâmetros consensuais em nosso país pode estar relacionada com o relativo isolamento de nossa atividade científica. Fazemo-nos pouco presentes em eventos internacionais e somos praticamente ausentes de publicações de bom nível acadêmico. Consequentemente não nos expomos à pressão oriunda destes veículos (“outlets”) para que nossa produção se amolde aos critérios lá prevaletentes.

Os autores desta pesquisa acreditam e advogam que a definição e o estabelecimento de critérios de produção científica é decisiva para a melhoria da qualidade da

produção nacional em administração e contribuirá para que a fragilidade científica da área possa ser superada.

2. OBJETIVOS

Este trabalho pretende abordar as questões anteriormente levantadas da seguinte forma:

Primeiramente, discutir e propor um arcabouço básico de critérios e de fatores que possam ser utilizados genericamente para avaliar a produção científica em administração no Brasil.

Aqui se manifesta um interesse dos pesquisadores pelo aspecto normativo do campo de critérios. Ao se propor um arcabouço busca-se principalmente estimular o debate para que se desenvolvam modelos mais aperfeiçoados e representativos. Portanto, não se espera que a proposta contida neste trabalho de pesquisa constitua um modelo definitivo de avaliação, mas que sirva de estímulo e base para geração de vários modelos, atendendo às especificidades das várias orientações e vertentes de pesquisa.

Creemos que nossa proposta não será de forma alguma suficiente para equacionar ou solucionar tão difícil questão, mas pretendemos contribuir para preencher a lacuna representada pela falta de uma discussão abrangente e estruturada sobre os critérios de produção e qualidade científica em nosso país.

Isto se deve à complexidade da administração enquanto área de conhecimento, que assume características inteiramente diversas em suas divisões funcionais, fazendo portanto uso de conceitos, referenciais, teóricos e métodos que tem origem em grande variedade de ciências. Exemplos desta apropriação podem ser citados em relação à contabilidade, a estatística, as diversas ciências sociais, o direito, a

matemática aplicada e também várias analogias e “deslocamentos” de conceitos da biologia.

Um outro objetivo desta pesquisa é **investigar que critérios são de fato utilizados para a avaliação da produção científica no Brasil.**

Portanto, há dois momentos claramente distintos: o primeiro é permeado por um interesse normativo, que busca propor um quadro de requisitos para o campo, a partir do que algumas pessoas – consideradas relevantes no campo – dizem utilizar como critérios; no segundo momento pretende-se investigar que critérios são realmente utilizados, ou seja, busca-se saber até que ponto, no Brasil, existem efetivamente critérios homogêneos para as diversas áreas funcionais de administração e também se há homogeneidade de critérios.

3. PREMISAS

Se utilizarmos critérios internacionais, a heterogeneidade de qualidade e significância dos trabalhos publicados em nosso “outlets” tradicionais de pesquisa científica em administração permitem que se hipotetize:

- a. **A falta de critérios consensuais na avaliação e escolha de trabalhos leva a uma seleção heterogênea, apoiada em critérios pessoais e/ou subjetivos de julgamento.** Desta maneira a pesquisa justifica-se por poder provocar uma discussão mais estruturada e abrangente sobre critérios de avaliação, contribuindo para aprimorar o julgamento dos trabalhos a serem apresentados; e
- b. **A falta de consenso sobre critérios conduz também a uma heterogeneidade (quanto à geração e qualidade) na oferta de trabalhos.** Sob este aspecto a estruturação de critérios, que a pesquisa pode reforçar, pode auxiliar no processo

de orientação de pesquisadores, objetivando a oferta de trabalhos de qualidade e significância superiores aos até então produzidos.

4. ESTRUTURA DO TRABALHO

O restante deste relatório está estruturado da seguinte forma:

- no capítulo II é feita uma breve revisão teórica do tema tratado;
- no capítulo III são apresentados os objetivos, a metodologia, os resultados e a análise dos resultados da primeira parte (bibliográfica e exploratória) da pesquisa, bem como a proposição mais normativa de um modelo preliminar de requisitos;
- no capítulo IV são apresentados os objetivos, a metodologia, os resultados e a análise dos resultados da segunda parte da pesquisa: a pesquisa de campo; e
- no capítulo V é apresentada uma síntese do trabalho e são indicadas direções para futuras pesquisas.

II. REVISÃO TEÓRICA – SER OU NÃO SER (BOA) TEORIA: EIS A QUESTÃO

Neste capítulo do relatório vamos tratar de teoria. Aliás, vamos tratar da teoria da teoria. Pretendemos realizar, dentro dos limites do trabalho, um vôo panorâmico abordando temas como geração de conhecimento, produção científica, boa teoria e má teoria. Nosso objetivo é criar um *pano de fundo* para a discussão dos requisitos para qualificação de produção científica em administração.

O capítulo está organizado da seguinte forma:

A primeira seção introduz a discussão dos requisitos para qualificação abordando duas questões fundamentais: *o que é produção de conhecimento* e *o que é produção científica*. Trata também das condições para a produção científica em administração.

A segunda seção trata do conceito de “ciência normal” e discute a necessidade de “paradigmas” para o desenvolvimento de um campo científico.

A terceira seção procura espelhar o debate em torno do avanço, e das barreiras ao avanço, da ciência administrativa. Apresentamos as discussões patrocinadas por duas das mais reputadas publicações americanas: o *Administrative Science Quarterly* (1995) e a *Academy of Management Review* (1989). Estes fóruns tratam da questão “o que constitui uma contribuição teórica”. O primeiro de forma direta, procurando delinear “o que é boa teoria”. O segundo o faz de forma indireta, por exclusão, tratando do que “não constitui uma contribuição teórica”.

A quarta seção traz o foco da discussão para o Brasil. Resumimos aqui os debates locais em torno das características da nossa produção acadêmica.

A última seção apresenta uma síntese do capítulo e comentários.

1. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O que é produção de conhecimento? O que é produção científica?

A primeira dificuldade que se apresenta ao se tentar responder a estas duas questões é que elas não se referem à mesma realidade. Há produção de conhecimento que não é necessariamente de natureza científica.

Tome-se o caso da obra de arte, especialmente o romance, o cinema, a produção teatral e estamos diante de produtores inegáveis de conhecimento, mas não de cientistas. Poucos duvidariam que haja material mais rico para o entendimento do comportamento e dos meandros da psiquê humana do que a obra dramática de Shakespeare. Todavia, não ocorreria a ninguém classificar a obra e seu autor na área de psicologia, psicanálise ou psicologia clínica.

Há produção científica que não gere conhecimento ou simplesmente não seja conhecimento? Temos a impressão que os cânones lógicos e científicos, pelo menos refletidos nos critérios de publicações consideradas científicas, com alguma frequência publicam peças elegantes em termos de “design”, mas que pouco conhecimento contem. Henry Mintzberg tece críticas deste tipo aos produtores de *conhecimento* na área de estratégia empresarial. Seu argumento central é que o planejamento estratégico, com toda a sua teorização e esforço de modelagem, simplesmente enuncia e explicita *intuições* e *sínteses* ocorridas anteriormente. O autor canadense compara a formulação de estratégia à arte do escultor em argila.

Tentemos juntar as duas coisas e falar em *produção de conhecimento científico*. Aqui algumas coisas tem que acontecer.

O conhecimento científico é **canônico**, ou seja, deve ser produzido obedecendo a regras claras e aceitas pela comunidade científica. Nesta tradição podemos nos referir ao formalismo de uma lógica aristotélica para a tradição escolástica ou ao tipo de metodologia que se desenvolveu nas ciências sociais a partir de Emile Durkheim e que se consolidou com a designação de positivismo lógico.

Diversamente de períodos anteriores da história da ciência, quando os cânones eram mais aceitos, duradouros e quase nunca contestados, hoje o conhecimento científico tem diversos cânones. E isto ocorre particularmente nas ciências sociais. Assim temos as regras próprias do positivismo lógico, mas podemos adicionar muitas outras como o subjetivismo inspirado em certo tipo de abordagem fenomenológica,

a ideografia dos estudos de caso, a metodologia historiográfica. Portanto, quando falamos em produção de conhecimento científico em administração, e também em outras áreas sociais, devemos estar preparados para aceitar diversos cânones e exercitar a tolerância.

Outra característica importante do conhecimento científico é a possibilidade de **acumulação**. Dadas a indeterminação, profundidade e extensão do conhecimento humano e a própria condição humana, segue-se que a produção de conhecimento ocorre no tempo. Não é obra de uma ou algumas pessoas, mas tende a ser uma cadeia em que mãos e esforços se unem, levando a que um prossiga aquilo que o outro iniciou. Esta é a questão da *acumulação de conhecimento*.

A inspiração iluminista estendeu até o século XIX uma concepção progressista do processo de produção de conhecimento. Um corolário da confiança na razão era que tudo poderia e seria efetivamente conhecido ao longo do desenrolar da história humana. A produção de conhecimento seria um processo cumulativo onde os sucessores agregavam novas dimensões ao que havia sido produzido pelos antecessores.

2. CIÊNCIA NORMAL

O recente debate que ocupou quase duas décadas envolvendo o conceito de *paradigmas* de Thomas Kuhn centrou-se fundamentalmente na questão da produção de conhecimento. A sua resposta é relativizadora e claramente discordante do conceito de acumulação que vinha do Iluminismo e que foi aceita, mesmo que implicitamente, por boa parte da comunidade científica durante o século passado e parte de nosso século.

O caráter canônico da produção de conhecimento e a questão da acumulação levam à desejabilidade de se possuir *paradigmas*. A insistência em linhas de pesquisa que

orientem o trabalho da comunidade científica é clara manifestação dos que acreditam que paradigmas são desejáveis e necessários. Eles norteiam e ordenam a produção e permitem que os esforços sejam melhor aproveitados. A produção paradigmática acabou sendo mais defendida por aqueles que se alinham nas “hard sciences”, enquanto seus opositores, ou pelo menos os que não são tão entusiastas, estão mais no “soft side”.

A discussão dos *paradigmas* por Kuhn não era um argumento em prol do relativismo epistemológico, mas acabou podendo ser assim interpretado. Não se pode afirmar que a adoção das idéias Kuhnianas de como se faz a “normal science” não conduzem necessariamente a uma posição relativista. Resta sempre a colocação de que vários paradigmas podem constituir ao longo do tempo aspectos diferentes da realidade, mas que a sua justaposição nos propiciaria uma percepção mais abrangente desta mesma realidade do que um único paradigma. É o argumento da tolerância e de que devemos ser permissivos, aceitando infinitas linhas de pesquisa para uma determinada área ou mesmo não aceitar nenhuma e deixar que os produtores de conhecimento atuem libertariamente.

Não é possível ignorar a importância que a concepção Kuhniana de “ciência normal” exerceu sobre a teoria do conhecimento e a teoria da ciência em nossos dias. Para a área de administração não se pode ignorar que o espaço científico mais expressivo que se consolidou no pensamento ocidental foi feito exatamente com a utilização do que Thomas Kuhn chamou de “ciência normal”.

Embora o conceito possa ser criticado com base em sua origem, ou seja, de que Kuhn era um historiador científico e um pensador voltado à filosofia da ciência, e portanto sua formação e reflexão aplicar-se-iam exclusivamente ao universo das ciências exatas, isto não nos parece invalidar o conceito nem a importância que pode ter para áreas “novas”, como a administração, onde se tenta, com grande dificuldade, consolidar um “espaço científico”.

O fascínio que a ciência normal e seu conceito correlato de paradigma acabaram exercendo não deve ser menosprezado. O paradigma é que permite a construção e o desenvolvimento no tempo da ciência normal. Portanto há necessidade de um protocolo científico, sob a forma de um cânone lógico e metodológico o que implica em “guardiões” (“gatekeepers”), conceito nada simpático aos libertários epistemológicos, e que conduz à replicabilidade e possibilidade de que de alguma forma e mediante alguns critérios se possa falar de acumulação de conhecimento.

O fato de não existir em administração um consenso sobre a maneira de fazer ciência, (a área tem amplos espaços anti-paradigmáticos e contrários à adoção de procedimentos metodológicos de uma ciência normal) certamente responde parcialmente pela complexidade e pela riqueza de abordagens que encontramos em administração.

É todavia inegável que não podemos deixar de reconhecer que em contrapartida, parte das dificuldades de consolidação científica, e portanto de critérios de produção e de qualidade científicas, devem também ser parcialmente explicáveis pela falta de consenso em adotar paradigmas e ciência normal como forma de produzir conhecimento científico.

É fato que Kuhn desenvolveu o seu conceito apenas para ciências de tipo exato ou calcadas num universo probabilístico, caso das ciências biológicas, e não cogitou de sua extensão ao universo mais recente das ciências sociais. Os responsáveis por tal extensão muito provavelmente não contariam com a aprovação do próprio Kuhn.

Mas não podemos deixar de utilizar ciência normal e paradigmas, de maneira analógica, noutros campos que nem científicos são, como o campo da produção artística. Se existe uma arte “difícil” no século XX, tal qualificativo cabe à música. Depois que tivemos o surto que incluiu o barroco, o classicismo e o romantismo, com suas variantes cromatismo e ultra romantismo, entramos por caminhos de buscas que não têm levado, até o momento, a resultados comparáveis àqueles que

tivemos nos séculos anteriores. Se nos fixarmos num único período, o clássico, não deixa de surpreender até hoje que compositores como Joseph Haydn tenha produzido 104 sinfonias, Mozart cerca de 46, considerando-se algumas discussões contemporâneas entre musicólogos sobre autenticidade de manuscritos, e novamente Mozart com seu 27 concertos para piano. Certamente ninguém poderá responder por tal fecundidade ignorando a genialidade dos compositores mencionados, mas caberia a pergunta se tais gênios teriam deixado de ser produzidos por algum mistério genético ou ambiental ainda não esclarecido.

Não se produzem mais repertórios como os citados simplesmente porque não há um “paradigma” alternativo àquele desenvolvido no classicismo. A sinfonia pode ser vista como um “cânone” muito preciso, claro e portanto direcionador do talento criativo do compositor. Sabia-se exatamente o que fazer, em termos formais, havia necessariamente quatro movimentos, onde o primeiro deveria ter uma forma de sonata, o segundo poderia ser um rondó ou um alegre, o terceiro poderia ser um andante, andantino ou adágio e o quarto e último deveria recapitular, sintetizar e concluir de maneira brilhante a obra. A isto juntava-se também o “paradigma” da tonalidade, que foi uma herança do barroco, mas preservada e seguida pelos clássicos e pelos primeiros românticos.

Não se veja aqui saudosismo ou nostalgia. Deve ser reconhecido que paradigmas se esgotam e são substituídos por outros. Mas no caso da música parece igualmente ter havido dificuldades depois de Wagner e dos ultra românticos em aglutinar a comunidade musical em torno de um paradigma consensado. O dodecafonismo não conseguiu, nem o seu sucessor mais próximo que foi o serialismo, e curiosamente boa parte das músicas mais audíveis e ouvidas de nosso século é “neo-clássica”, como o atestam, Prokofiev, Shostakovitch, e em certos momentos até mesmo Strawinsky e Bela Bartok.

Isto tudo não foi uma digressão e uma fuga de tão árido tema como critérios e qualidade de produção científica em administração no Brasil. Simplesmente num

campo onde se pode praticar o “Simbolismo Organizacional” decidimos perpetrar mais uma metáfora, que acreditamos possa ser útil e inspiradora.

2.1. A produção social do conhecimento científico

O conhecimento científico se produz socialmente e isto tem importantes implicações. Algumas delas para começar:

- A comunidade científica é estratificada em termos de prestígio, status e imagem, mantendo estas características alguma correlação com realizações e efetividade na produção de conhecimento.
- A estratificação nos permite lidar com conotações de *centro* e *periferia* ou *produtores principais* e *produtores secundários*.
- Há centros, indivíduos e grupos que são claramente mais influentes do que outros. Isto sempre deu ao conhecimento científico uma característica de ser distribuído de maneira que se afasta de critérios eqüitativos. Se a analogia for usada, a distribuição de conhecimento e capacitação científica no mundo está positivamente correlacionada com a distribuição de renda e de riqueza. Os maiores PIBs são também os maiores produtores de conhecimento científico, os que mais possuem capacitação científica e tecnológica e onde se localizam os centros, grupos e indivíduos de maior prestígio, status e influência.
- Estes centros com seus produtores de conhecimento, linhas de pesquisa, conceitos de relevância, metodologias adotadas e periódicos acabam definindo e estruturando o campo de conhecimento científico. Exemplos podem ser encontrados em grande quantidade em qualquer área de conhecimento científico. Em economia a identificação de Chicago como um centro decisivo para teorias e trabalhos sobre moeda, ou ainda Chicago como centro importante para o

desenvolvimento de uma abordagem comparativa ao estudo de organizações, ou de Harvard como inextricavelmente comprometida com a produção de conhecimento administrativo que seja sempre aplicável.

2.2. A dimensão temporal na produção do conhecimento científico

A produção científica é historicamente produzida. Esta dimensão temporal foi percebida recentemente. A sua origem remonta quando muito ao século XVIII, mas se firmou no século passado. O historicismo pode ser visto como forma de relativismo. Teorias, variáveis, e a própria idéia de relevância são determinados historicamente.

Em administração as influências momentâneas parecem possuir um caráter avassalador, não se permitindo que se trate de algo que não seja relevante de um ponto de vista administrativista ou de gestão. Isto explicaria as rápidas mutações do campo, oscilações de interesse e no limite os modismos que marcam a área de administração.

2.3. As condições para a produção do conhecimento científico

Neste ponto da discussão, a questão que devemos nos colocar é a seguinte: *quais seriam as condições para a produção científica em administração?* Podemos arriscar algumas respostas:

- Primeiramente é necessário não desesperançar; ou seja, descrer inteiramente da possibilidade de produção científica é simplesmente reduzir a área ao pragmatismo vulgar de que só se deve dar atenção e importância ao que produzir resultados imediatos.

- Manter um distanciamento crítico com relação à prática e às demandas concretas do administrador profissional. Não se pode ir ao extremo de que só é possível fazer ciência com total afastamento dos problemas concretos e sem dar importância às demandas gerenciais. Por outro lado não se pode abandonar a perspectiva da aplicabilidade do conhecimento em administração. Isto não depõe contra a ciência, pois é grande o número de ciências consolidadas e que também servem à prática em diversos campos de atividade.
- Desenvolver e manter uma atitude de tolerância com relação a metodologias e abordagens diferentes. A realidade administrativa aparentemente não comporta um único *paradigma* ou uma única metodologia.
- Manter sob permanente suspeita o *contingencialismo* sem reservas. Na medida em que esta posição sempre se enuncia através de uma proposição no modo condicional, se aceitarmos o contingencialismo sem nenhuma restrição, teremos infinitas proposições condicionais e nenhuma no modo indicativo, modo no qual se enunciam as proposições científicas.

Tem o campo da administração provido respostas para as questões mencionadas nesta primeira seção do capítulo? De fato, existem amplos processos de reflexão a respeito, principalmente onde o campo é mais desenvolvido e institucionalizado.

Nas próximas seções deste capítulo resumiremos esses debates, nos Estados Unidos e no Brasil.

3. A TEORIA ADMINISTRATIVA NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA?

Quem se aventurar a ler os mais respeitados periódicos da área de administração dificilmente experimentará qualquer sensação de prazer. A leitura será no mínimo

tediosa. A maioria avassaladora dos artigos fará cair no sono o mais insone dos mortais.

Dos periódicos ditos científicos, constatará o desafortunado leitor, qualquer traço de humanidade terá sido cuidadosamente extirpado. Ali serão encontradas apenas hipóteses, equações e correlações. Qualquer traço da realidade não passará de mera coincidência. E nos periódicos mais preocupados com a aplicação de conhecimentos o quadro não é menos árido. Proliferam ali as receitas de sucesso e os modismos empresariais.

Se o caso for de periódicos brasileiros, então a boa vontade deverá ser redobrada. Porque aqui abundam reproduções mal informadas e desatualizadas do que se produz fora, uma cópia esmaecida de um mundo que não existe além de alguns setores do *bunker* acadêmico americano.

John Van Maanen³, um *grão-vizir* do campo, chegou a propor uma moratória de dez anos para trabalhos teóricos e metodológicos. Segundo ele, deveria haver maior investimento em narrativas descritivas sobre a vida organizacional. Esta seria uma forma de evitar a proliferação de teorias medíocres.

Diante de tal quadro, deveras desolador, deve-se perguntar: *onde fica a boa teoria?* Aquela que se faz com especulações, que desafia o *status-quo* e apresenta perspectivas novas aos fenômenos estudados? Em algum ponto da história parece que estes valores se perderam. Talvez o treinamento dos acadêmicos acentue o viés de um positivismo deformado. Provavelmente os critérios – ou falta de critérios – de avaliação dos trabalhos dos periódicos e de outros *outlets* sejam co-responsáveis pelo desvio.

³ Maanem, J. V. in Sutton, R. I. e Staw, B. M. Op. Cit., p. 378.

Como reverter a situação? O que constitui uma contribuição digna de ser publicada? Que parâmetros a definem? É possível estabelecer critérios comuns para um campo onde domina a pluralidade temática, onde a própria concepção de ciência tem matizes nitidamente diversos? São estas as questões que tentaremos abordar a seguir.

“Gatekeeping”: o discurso contra a diversidade

Em 1993 Jeffrey Pfeffer⁴ publicou um polêmico artigo na *Academy of Management Review* (AMR). Neste trabalho, o pesquisador procura analisar as barreiras ao avanço do que ele denomina *ciência organizacional*. Seu argumento é que os valores praticados no campo de estudo, enfatizando representatividade, inclusão e diversidade teórica e metodológica o tornaram paradigmaticamente fraco. A prática destes valores teria levado à proliferação descontrolada de teorias, termos, conceitos e medidas.

As conseqüências, negativas para o desenvolvimento do campo, vão desde barreiras para obter recursos até a dificuldade para realizar pesquisas colaborativas. Para reverter a situação, Pfeffer advoga uma solução trazida de outros campos de estudo: a formação de uma densa rede de pesquisadores que partilhem uma visão unificada sobre o desenvolvimento do campo. Tal rede imporá seus pontos de vista sobre o campo, tornando-o, com o tempo, paradigmaticamente forte. É o conhecido conceito de fortalecimento de *gatekeeping*.

O ousado posicionamento de Pfeffer teve forte oposição no campo. A própria AMR, um ano mais tarde, publicou uma resposta à proposta de Pfeffer. Os autores,

⁴ Pfeffer, J. Barriers to the advance of organizational science: paradigm development as a dependent variable. *Academy of Management Review*, 18(4): 599-620, 1989.

Cannella, Jr. e Paetzold⁵, argumentam que o consenso forçado não fortaleceria o campo mas, ao contrário, constituiria um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Este argumento, da pluralidade, é defendido por pesquisadores de diferentes linhas de pesquisa. Paul Jeffcut⁶, ex-presidente da *Standing Conference on Organizational Symbolism*, propõe uma acentuação da pluralidade, que tornaria os Estudos Organizacionais ainda mais multidisciplinares e multiculturais.

Estes debates, como muitos outros, mostram como o campo da administração, como outros, vez por outra, mira-se no espelho e pergunta-se quão belo é ou quão belo poderia, ou deveria, ser.

A seguir apresentaremos os sumários de dois fóruns de debates. O primeiro, realizado em 1989 pela AMR teve como grande questão: *o que constitui uma contribuição teórica?* O segundo, realizado em 1995 pela *Administrative Science Quarterly* (ASQ), teve como grande questão: *O que não é teoria?* Ambos complementam-se e tem importantes implicações para o presente trabalho.

3.1. O que constitui uma contribuição teórica? (Fórum AMR-1989)

O fórum da AMR, coordenado por Andrew H. Van de Ven⁷, pretendeu discutir formas de aprimoramento do desenvolvimento teórico. Logo no editorial, Van de Ven dá o tom dos debates, afirmando que *é missão dos educadores e pesquisadores da área conduzir pesquisa que gere conhecimento para uma disciplina científica e aplicar este conhecimento.*

⁵ Cannella, Jr., A. A. e Paetzold, R. L. *Academy of Management Review*, 19(2): 331-341, 1994.

⁶ Jeffcut, P. "The interpretation of organization: a contemporary analysis and critique". *Journal of Management Studies*, 31(2): 225-250, 1994.

⁷ Van de Ven, A. Nothing is quite so practical as a good theory. *Academy of Management Review*, 14(4): 486-489, 1989.

Neste fórum, a grande questão – *o que constitui uma contribuição teórica?* – é desdobrada em três aspectos:

1. as características de uma boa teoria;
2. processo de construção de teorias; e
3. os métodos para melhorar as teorias existentes.

Trataremos aqui dos dois primeiros. Vejamos como foram tratados um a um:

Quais as características de uma boa teoria?

Do ponto de vista positivista, teoria é uma declaração de relações, um sistema de variáveis (unidades observadas) e construtos (variáveis aproximadas), no qual os construtos estão relacionados uns aos outros por proposições e as variáveis estão relacionadas umas às outras por hipóteses⁸. Todo o sistema é limitado pelos pressupostos definidos pelo pesquisador. A qualidade da teoria está ligada à consistência com que as variáveis, construtos e pressupostos são escolhidos e à capacidade de elucidação das relações estabelecidas.

Do ponto de vista não positivista, a noção de teoria explicativa dá lugar ao conceito de multiplicidade de narrativas. No lugar de variáveis, construtos e pressupostos, adota-se o método etnográfico. Neste caso, a noção de qualidade com o atributo da teoria passa a referir-se à capacidade de uma determinada narrativa em transmitir a complexidade do fenômeno tratado sem simplificá-lo, ou reduzi-lo.

⁸ Bacharach, S. Organizational theories: some criteria for evaluation. **Academy of Management Review**, 14(4): 496-515, 1989.

David Whetten⁹, ex-editor da AMR, sugere que um artigo que represente uma contribuição teórica consistente deve tratar convenientemente das seguintes questões:

- *O que?*
Que fatores – variáveis, conceitos – deveriam ser considerados como explicação de um fenômeno;
- *Como?*
Como os fatores previamente definidos se inter-relacionam;
- *Porque?*
Quais são as razões que justificam as relações causais constatadas; e
- *Quem, onde e quando?*
As condições que irão estabelecer as fronteiras para as proposições geradas no modelo teórico.

Como deve ser construída uma boa teoria?

Esta pergunta é de difícil resposta. Por um lado, poucos pesquisadores abordaram a questão. De outro, os “guidelines” oferecidos por alguns livros-textos são considerados ou inaplicáveis a muitas áreas ou excessivamente padronizados para refletir a experiência de um grupo suficientemente grande de pesquisadores. Além disso, as abordagens mais ortodoxas enfocam mais a validação que a utilidade, o que resulta em uma postura conservadora e gera teorias triviais.

Weick¹⁰ oferece uma alternativa à ortodoxia, enfatizando o papel da imaginação, da representação e do pensamento especulativo. Dada a complexidade do processo,

⁹ Whetten, D. What constitutes a theoretical contribution? *Academy of Management Review*, 14(4): 490-495, 1989.

Weick advoga a necessidade de teorias de médio alcance e o uso de metáforas. Segundo ele, quando pesquisadores elaboram uma teoria, eles projetam, conduzem e interpretam experimentos imaginários. Este processo assemelha-se aos três elementos do processo de seleção: variação, seleção e retenção. Como é o pesquisador, e não a natureza, que conduz o processo, este pode ser qualificado de seleção artificial. A qualidade da teoria resultante é função:

- (1) da precisão e grau de detalhe presente na elaboração do problema;
- (2) do número e independência das conjecturas que tentam resolver a questão; e
- (3) do número e diversidade de critérios de seleção usados para testar as conjecturas.

3.2. O que não é teoria? (Fórum ASQ – 1995)

Definir critérios capazes de separar *teorias fortes* de *teorias fracas* não é fácil. Por outro lado, dizer o que não representa uma contribuição teórica é mais simples e constitui de fato uma contribuição, pois ajuda a delinear o que é teoria. Em seguida apresentaremos um sumário do fórum de 1995 da ASQ.

Indo diretamente ao tema, Sutton e Staw¹¹ tratam justamente dos ingredientes de uma contribuição teórica que não constituem por si teoria.

¹⁰ Weick, K. Theory construction as disciplined imagination. *Academy of Management Review*, 14(4): 516-531, 1989.

¹¹ Sutton, R. I. e Staw, B. M. Op. cit.

- *Referências não constituem teoria*

Muitos pesquisadores usam uma profusão de referências para ocultar falta de teoria ou para exibir seu conhecimento em um determinado campo. Uma simples lista de referências não constitui teoria. O autor deve citar as referências que contenham as raízes do seu argumento. As relações lógicas entre os argumentos dos predecessores e os seus próprios deve ser identificada.

- *Dados não constituem teoria*

Grande parte dos trabalhos na área são empíricos, baseiam-se em dados. Os dados sustentam a teoria, não a substituem. Dados descrevem padrões empíricos, a teoria explica porque os padrões foram observados e como devem se comportar.

- *Listas de variáveis ou construtos não constituem teoria*

Muitas contribuições teóricas são na verdade listas de definições e conceitos, como um dicionário de uma linguagem que não trabalha com sentenças. Isto também não constitui teoria.

- *Diagramas não constituem teorias*

Figuras e diagramas são recursos valiosos para transmitir idéias e conceitos complexos. Mas, por eles mesmos, não constituem teoria.

- *Hipóteses ou predições não constituem teoria*

Na construção de um argumento complexo, as hipóteses têm um papel importante: servem como ponte entre teoria e dados. Mas hipóteses tratam do que ocorre, e não do como ocorre. Hipóteses e predições apresentadas sem as respectivas relações causais não constituem teoria.

3.3. Como julgar uma contribuição teórica?

Se acreditarmos em teoria e em produção teórica paradigmática, mesmo que em um campo paradigmaticamente fraco, então devem existir critérios genéricos para se julgar uma contribuição científica. No fórum AMR de 1989 Whetten¹² aborda a questão dos critérios a serem adotados para julgar uma contribuição teórica. Para ser digno de publicação, um trabalho deve responder convenientemente a 7 questões:

- O que há de novo?
O trabalho faz uma contribuição representativa ao estado da arte no campo?
- E daí?
O trabalho mudará a prática da ciência organizacional na área?
- Porque desta forma?
A lógica e as evidências apresentadas são convincentes? Os pressupostos estão explícitos? Os pontos de vistas são convincentes?
- Foi bem realizado?
A revisão teórica foi bem conduzida? Os métodos utilizados são os mais adequados?
- O trabalho reflete amplitude e profundidade?
Os múltiplos elementos teóricos são bem cobertos?
- Foi realizado com esmero?
O trabalho está bem escrito e flui logicamente? As idéias centrais são claramente colocadas? A leitura é agradável?

¹² Whetten, D. Op. Cit.

- Porque agora?
O tópico tratado é de interesse atual para os pesquisadores na área? O trabalho estimulará discussões em torno do tema tratado?
- A quem interessa?
Uma percentagem significativa de acadêmicos estará interessada no tema?

Em função de todos estes requisitos e recomendações, a questão colocada por Sutton e Staw¹³ é pertinente e serve de alerta. Perguntam eles ao leitor: será que as evidências proporcionadas por gente como Freud, Marx ou Darwin atenderiam os padrões empíricos dos melhores jornais de pesquisa organizacional? Será que seus trabalhos seriam rejeitados ou lhes seria dada uma segunda chance?

4. PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

O interesse pela produção científica em administração no Brasil tem despertado a curiosidade de alguns autores e encontrado alguma ressonância na comunidade acadêmica a considerar-se a literatura acumulada nos últimos anos. A revisão, ainda que breve, dos autores que se ocuparam do assunto permite encontrar mais convergências do que divergências.

A nossa produção também não apresenta surpresas. É uma produção periférica, sem originalidade e que tende a espelhar o que o país tende a ser na maioria das áreas, uma imitação opaca do que acontece em centros mais desenvolvidos. Assim tem sido em artes (música, romance poesia, pintura, escultura, ciências sociais etc., etc.) com a melancólica constatação de que ainda não produzimos ninguém de *classe mundial*.

¹³ Sutton, R. I. e Staw, B. M. Op. cit.

Podemos rever a literatura a respeito utilizando os critérios classificatórios que tratam de assuntos ou temas tratados, autores mais freqüentemente referidos por brasileiros, categorias epistemológicas para ordenamento da produção nacional e ainda influências estrangeiras.

A produção brasileira como levantada por Bertero e Keinert¹⁴ seria de inclinação predominantemente acadêmica, o que indica pouca preocupação com aplicabilidade e pouca atenção ao universo gerencialista e à problemática concreta enfrentada por administradores no interior e à frente de organizações. A produção nacional seria portanto um fenômeno da academia, nela gerada e por ela própria consumida. A sua inspiração, para os referidos autores, seria estrangeira, na medida em que assuntos, variáveis e problemas são os levantados por autores estrangeiros.

Esta posição é corroborada e sustentada através de levantamento empírico feito por Vergara e Souza Carvalho¹⁵ que procederam a um levantamento de autores utilizados por brasileiros. O resultado é que quase 80% das referências são a autores não brasileiros, cabendo do total 60% somente aos estadunidenses. A seguir temos franceses com 11%, ingleses com 10%, alemães 7%, canadenses 5% e outros estrangeiros com os restantes 7%. A brasileiros fica um resíduo de 2%. O trabalho demonstra que autores estrangeiros são utilizados não apenas para inspiração sobre temas, assuntos e variáveis a utilizar, mas também como os fornecedores de referenciais teóricos. É o que explica a presença de alemães num universo cultural como o nosso onde a língua alemã é pouco conhecida e lida por muito poucos, mas onde autores como Weber, Marx, Simmel, Habermas, Adorno, Nietzsche, Freud e Jung são freqüentemente referidos como formuladores de teorias.

¹⁴ Bertero, C. O. e Keinert, T. M. M. K. A Evolução da Análise Organizacional no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, 34(3):81-90.

¹⁵ Vergara, S. C. e Souza Carvalho Jr., D. Nacionalidade dos Autores Referenciados na Literatura Brasileira sobre Organizações. Anais da 19^a. ENANPAD, 1995, pp.169-188.

A natureza da produção brasileira seria ainda de tendência epistemologizante, segundo Bertero e Keinert¹⁶, o que significa voltada à reflexão, ao ensaio e pouco empírica, ou seja, pouco voltada aos dados. Esta observação merece uma restrição. Os autores referidos limitaram sua pesquisa ao que foi publicado na RAE – Revista de Administração de Empresas. A mesma conclusão não seria obtida se fossem utilizadas outras publicações. Pensamos especificamente nos anais da ANPAD, que têm publicado material empiricamente baseado em volume razoável. Ainda segundo Bertero e Keinert, a produção nacional reproduz as oscilações e os modismos de inspiração quase que exclusivamente norte americana.

Quanto ao assunto ou temática da produção o artigo de Machado-da-Silva, Carneiro da Cunha e Ambon¹⁷ é bastante esclarecedor. Segundo os autores sua pesquisa revelou que os assuntos e percentuais respectivos ocupam as posições seguintes na produção por eles analisada: gestão e planejamento (28.8%), mudança e inovação (23.3%). Não são detectados interesses por temas gerencialistas como eficiência, produtividade, downsizing, etc. Mais uma indicação de que nos encontramos diante de um universo acadêmico, já que o trabalho levantou informações junto aos Anais da ANPAD.

Machado-da-Silva, Carneiro da Cunha e Ambon fazem uso da classificação de Burrell e Morgan¹⁸ e constatam que quase toda a produção nacional está situada no paradigma funcionalista (80,3%). Os demais paradigmas ficam com os 20% restantes, sendo que quase nada foi produzido no referencial humanista radical e

¹⁶ Bertero, C.O. e Keinert, T.M.M., Op. Cit. p.89.

¹⁷ Machado-da-Silva, C., Carneiro da Cunha, V. e Ambon, N. Organizações: O estado da arte da produção acadêmica no Brasil. Anais do 14º. ENANPAD, vol. 6, 1990, pp.11-28

¹⁸ Burrell, Gibson e Morgan, Gareth. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. Londres, Heinemann, 1982.

interpretacionista. Os autores ainda introduzem um elemento de cautela quanto à produção nacional lembrando que ela é “...considerada de qualidade duvidosa.”¹⁹

Ao fazerem uso do popular texto de Gareth Morgan *Images of Organization*²⁰ os autores referidos constatam que a metáfora hegemônica é a orgânica, o que denota grande popularidade e penetração da chamada “teoria dos sistemas” entre nossos autores. Ainda na linha da avaliação qualitativa lembram que o material produzido é analiticamente fraco passando quase sempre a um tom prescritivista.

Ainda na linha da utilização de variáveis epistemológicas e metodológicas é interessante mencionar o trabalho de Martins²¹ que fez uso de teses de mestrado e doutorado apresentadas nos programas de pós graduação da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da USP, da EAESP da Fundação Getulio Vargas e da Faculdade de Economia e Administração da PUC de São Paulo. O que as teses apresentadas nos três programas paulistas revelam é que há um predomínio de trabalhos agrupáveis como empiristas, positivistas, sistêmicos e funcionalistas que perfazem 68.5% do total²². Outras abordagens possíveis, segundo a classificação adotada, seriam a fenomenológica-hermenêutica, a crítico-dialética e outras. O predomínio é da abordagem positivista que conta com 37.1% do total das teses analisadas²³.

Na medida em que esta revisão da literatura está voltada para o tópico deste projeto de pesquisa, devemos reter por ora a pouca originalidade. A produção nacional é repetitiva do que se faz nos grandes centros e especialmente nos Estados Unidos. Isto não é uma característica exclusiva da produção brasileira já que o mesmo se

¹⁹ Machado-da-Silva et al. Op.Cit. p.26.

²⁰ Morgan, G. **Images of Organization**. Newbury Park, California, Sage, 1986.

²¹ Martins, G., Epistemologia da Pesquisa em Administração. Anais da 20ª. ENANPAD, 1996.

²² Martins, G. Op.Cit. p. 6

²³ Martins, G. Op.Cit. p. 7.

passa com a produção européia, e em certa medida, canadense. Estudos organizacionais e de maneira geral os trabalhos em “management” têm sido uma criação norte-americana e assim tendem a permanecer até hoje.

Há consenso em denunciar a fragilidade científica do campo de administração que não logrou o mesmo sucesso em consolidar teorias e acumular conhecimentos como outras áreas de ciências sociais. Se quisermos aceitar a posição de Pfeffer²⁴, de que nos faltam “paradigmas” e especialmente respeito a eles através da institucionalização do papel de “gatekeepers”, constataremos que não faltou paradigma aos brasileiros. Quase tudo o que se produziu foi positivista e na linha do funcionalismo estrutural. Isto não assegurou nem geração de teorias, nem qualidade do material produzido.

Mas a característica pouco referida, embora não inteiramente ignorada pelos autores aqui tratados diz respeito à qualidade da produção científica brasileira. Na medida em que tal produção é exclusivamente acadêmica ela tem sido gerada nos programas de pós graduação *stricto sensu*, abrindo o debate sobre a qualidade.

O discurso oficial brasileiro é de que consolidamos em tempo excepcionalmente curto um razoável programa de pós graduação para um país de Terceiro Mundo. A sustentação desta argumentação se faz quantitativamente com o uso de variáveis como numero de cursos, numero de alunos, teses, publicações, professores alocados à pós graduação etc.

Porém o problema que se coloca é inquestionavelmente o da **qualidade**. Se os programas se consolidaram com grande rapidez, resta a constatação de que continuam programas de Terceiro Mundo, em termos de qualidade do material produzido.

²⁴ Pfeffer, J. Op. Cit.

Se tomarmos dados agregados sobre capacitação científica e tecnológica do país, medida em termos de publicações em periódicos de nível mundial e patentes registradas, veremos que a contribuição do Brasil é modesta, para dizer o mínimo. Tem-se a impressão que o mesmo pode estar se repetindo em administração, onde a proliferação de programas, a parturição de grande número de teses, artigos e até mesmo livros não tem encontrado a contrapartida de qualidade que possa alçar-nos ao nível de programas centrais.

5. COMENTÁRIOS

Neste capítulo buscamos situar o tema do trabalho na corrente de debates sobre produção científica em administração. Como primeiro passo, discutimos as questões mais amplas da produção de conhecimento e da produção científica. Vimos como a produção científica é historicamente dependente, é socialmente produzida e precisa ser canônica. Sugerimos ainda que a produção científica em administração para ser viável requer “fé”, distância crítica da prática administrativa, tolerância à diversidade própria do campo e postura rigorosa contra os modismos.

O passo seguinte foi mostrar um resumo dos debates em torno do que constitui contribuição teórica nos Estados Unidos – o *locus* onde o campo da administração é mais desenvolvido e institucionalizado – e no Brasil, onde o campo ainda caminha para se consolidar.

Vimos como nos Estados Unidos o debate em torno da diversidade e da proliferação de abordagens e paradigmas ocorre em simultaneidade às tentativas de estabelecimento de visões e critérios do que seja uma contribuição teórica.

Este ponto nos leva à uma discussão importante: a relação de dependência entre o paradigma (ou visão de mundo e de ciência) ao qual o pesquisador se afilia, e no

qual desenvolve seu trabalho, e a adoção de critérios para avaliação das suas contribuições teóricas.

Para o momento, as considerações que devemos fazer são as seguintes:

- Primeiro, que alguns critérios são de natureza extra-paradigmática; ou seja, são razoavelmente independentes da visão de ciência adotada. São os critérios que aqui denominaremos de higiênicos e que se referem a forma (clareza, objetividade, legibilidade etc.) do trabalho.
- Segundo, que outros critérios podem ter leituras diferentes em diferentes paradigmas. Pesquisadores que adotem uma visão de uma ciência administrativa próxima das “hard-sciences”, baseada no positivismo lógico, herdeira da razão iluminista e crente no primado da razão, certamente julgarão contribuições teóricas de forma diversa de pesquisadores mais próximos das “soft sciences”, críticos da *grande narrativa*. Os critérios deverão ser os mesmos. As interpretações certamente serão diferentes.

Ainda nesta seção vimos como a produção brasileira em administração é de qualidade duvidosa e pouco original, fortemente influenciada por uma visão de mundo *organicista* (própria da “teoria dos sistemas”) e de inclinação funcionalista.

Vimos ainda a grande influência de autores estadunidenses sobre nossa academia. Como agravante, poderíamos argumentar que nem sequer escolhemos bem estas influências. Parte considerável da nossa produção acadêmica adota como referências obras de autores americanos de foco gerencialista e qualidade duvidosa, mais próprios de livrarias de aeroportos que de bibliotecas escolares. Isto se dá em detrimento de autores e obras mais instigantes e consistentes, produzidas em centros mais importantes, sejam estes pólos mais ligados ao “establishment” ou de inclinação mais de vanguarda.

Uma primeira conclusão que podemos tirar é que o fortalecimento do campo da administração no Brasil requer critérios mais claros e bem definidos, ainda que se respeite a diversidade e multiplicidade de abordagens. Após um crescimento quantitativo importante parece ser o momento de uma reflexão em prol da qualidade.

III. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E PESQUISA EXPLORATÓRIA

1. OBJETIVOS

O objetivo deste capítulo do relatório é apresentar os resultados da primeira parte do estudo, que compreende a **Pesquisa Bibliográfica**, uma investigação acerca de critérios de avaliação nos principais periódicos científicos de Administração de Empresas, e a **Pesquisa Exploratória**, uma investigação acerca de critérios prescritos por um grupo de pesquisadores seniores no Brasil.

O restante do capítulo está estruturado da seguinte forma:

- a **seção III.2** contempla a metodologia de pesquisa referentes às duas investigações anteriormente citadas;
- a **seção III.3** apresenta e comenta os resultados das duas investigações realizadas;
e
- a **seção III.4** sistematiza os resultados desta primeira etapa do estudo. Inicialmente, é proposto um *quadro de análise* para classificação dos periódicos segundo sua orientação editorial. Em seguida são analisados os critérios

preconizados pelos entrevistados. Finalmente, é proposto um *Modelo de Requisitos*.

2. METODOLOGIA

2.1. Metodologia da pesquisa bibliográfica (de critérios de avaliação em periódicos científicos de administração)

Para coletar, sistematizar e analisar os critérios utilizados para avaliar trabalhos científicos em administração foi feito um levantamento nos principais periódicos acadêmicos de administração. Um primeiro quadro de critérios e fatores de avaliação será proposto a partir deste levantamento.

A lista de publicações que compôs a amostra foi elaborada a partir de indicações dos autores e dos entrevistados na pesquisa de campo. A questão que foi formulada aos entrevistados foi a seguinte: *quais são os periódicos no exterior e no Brasil que, em sua área, melhor refletiriam os critérios adequados para avaliação de trabalhos?*

É conveniente lembrar que tanto as respostas dos entrevistados como as indicações dos entrevistadores, basearam-se, além da questão expressa, em parâmetros de excelência reconhecida e representatividade.

Outro critério utilizado para seleção dos periódicos foi a de *representatividade funcional*: a amostra incluiu 20 periódicos das diversas áreas temáticas em administração. Estas áreas estão listadas a seguir:

- Administração Geral (*Management*);
- Administração Pública;
- Análise e Métodos Quantitativos;
- Estratégia;
- Finanças;
- Marketing;
- Operações Industriais;
- Recursos Humanos; e
- Sistemas e Tecnologia de Informação.

Não há correspondência direta entre área temática e periódicos, na medida em que alguns periódicos (ex.: *Harvard Business Review*, *Academy of Management Review*, *RAE* e *RAUSP*) são multifuncionais, enquanto outros são estritamente especializados.

Outra preocupação ao compor a amostra de periódicos foi assegurar que todas as áreas temáticas fossem representadas e que os principais periódicos brasileiros e estrangeiros estivessem presentes na amostra.

Dos vinte periódicos analisados, três são nacionais (*RAE*, *RAUSP* e *RAP*) e dezessete estrangeiros. Os três nacionais foram definidos em pesquisas anteriores²⁵

²⁵ Ver Machado-da-Silva et al. Op.Cit. Ver também Vergara, S. C. e Souza Carvalho Jr., D. Op. Cit.

como *essenciais*²⁶. Todos os periódicos estrangeiros são editados em inglês, com uma única exceção, de um periódico editado em francês.

O *método de coleta* de critérios variou conforme a sua disponibilidade ou forma de publicação nos periódicos. Alguns periódicos publicam seus critérios de forma detalhada, como é o caso do *Administrative Science Quarterly* (ASQ). Outros periódicos o fazem de forma sintética. Outros ainda não dão qualquer diretriz nesse sentido. A maioria (quinze dos vinte periódicos) publica ao menos diretrizes de editoração: estilo de citação bibliográfica, normatização de formato de texto etc.

Dos vinte periódicos pesquisados, dez publicam em toda edição os critérios de avaliação que utilizam, sendo que cinco o fazem de forma bastante sintética. Alguns periódicos não publicam seus critérios em todas suas edições, mas indicam como obtê-los (através de consulta ao editor ou edições passadas). Após todos os levantamentos realizados, inclusive seguindo as indicações apropriadas quando os periódicos não publicavam sempre os seus requisitos, não foi possível obter detalhe dos critérios utilizados por quatro dos vinte periódicos da amostra.

²⁶ Os anais da ANPAD não foram inclusos em função dos seus critérios de avaliação (a) não serem estabelecidos e publicados oficialmente; e (b) diferirem por área temática.

Foram os seguintes os periódicos pesquisados:

Nome do Periódico	Sigla
Academy of Management Review	AMR
Administrative Science Quarterly	ASQ
Harvard Business Review	HBR
International Journal of Production Research	IJPR
Journal of Finance	JF
Journal of Financial and Quantitative Analysis	JFQA
Journal of Financial Economics	JFE
Journal of Information Science	JIS
Journal of Management Studies	JMS
Journal of Marketing	JM
Journal of Marketing Research	JMR
Management Information Systems (MIS) Quarterly	MISQ
Management Science	MS
Organization Studies	OS
Production and Operations Management	POM
Revista de Administração da USP	RAUSP
Revista de Administração de Empresas da FGV	RAE
Revista de Administração Pública da FGV	RAP
Revue Française de Gestion	RFG
Strategic Management Journal	SMJ

A sistematização dos dados coletados foi feita através do agrupamento por categorias. Dado um conjunto de fatores reincidentes (de forma, de método etc.), um critério era “nomeado” e ali eram anotadas as frequências de ocorrência. Na Tabela 1 foram considerados somente os critérios *explicitamente* publicados; ou seja, não

foram inferidos critérios a partir do conhecimento possuído *a priori* pelos autores a respeito de determinada publicação e de sua linha editorial.

2.2. Metodologia da pesquisa exploratória (critérios prescritos por pesquisadores de administração seniores no Brasil)

A segunda atividade nesta etapa do trabalho foi um levantamento de campo exploratório (Pesquisa Exploratória), que visou complementar a construção do *Modelo de Requisitos*.

Sugerir critérios normativos para avaliação de trabalhos científicos é uma tarefa por demais complexa para pesquisadores individuais. Se considerarmos que o conhecimento é socialmente construído, segue-se que os critérios de avaliação são também dependentes de decisões sociais.

Por isso, optou-se por propor um *Modelo de Requisitos*, construído através da observação e sistematização dos critérios prescritos por uma amostra de “notáveis” brasileiros. Todos os entrevistados são pessoas que, pela posição ocupada na área, e pelo reconhecimento e prestígio de que desfrutam, podem ser consideradas como “gatekeepers”.

O *método de seleção da amostra* foi intencional: compôs-se uma lista de 20 docentes seniores com atividades ligadas à avaliação de produção científica nas diversas áreas de administração. Procurou-se construir a amostra através de critérios de diversidade e representatividade, procurando incluir:

- (a) editores dos principais periódicos acadêmicos no Brasil (nos últimos cinco anos de mandato editorial);

- (b) representantes dos diversos paradigmas e estilos de pesquisa científica existentes;
- (c) representantes das diversas áreas e campos funcionais; e
- (d) representantes das diversas regiões do país.

Dos vinte docentes listados, dez foram entrevistados. Dos dez, sete foram entrevistados pessoalmente e três foram entrevistados por telefone. Nem todos ocuparam ou ocupam posições na redação ou no processo editorial de periódicos, mas são reconhecidos na área por ocuparem ou terem ocupado posição de relevância na gestão de programas de pós graduação *stricto sensu*.

Quanto à formação básica, ou de nível de graduação, há três administradores, um psicólogo, um economista, um cientista social e quatro engenheiros. Todos realizaram curso de graduação no país, sendo que seis o fizeram em São Paulo e os demais no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e Brasília. Esta diversidade de formação em graduação não se repete na pós graduação *stricto sensu*. Todos são doutores e obtiveram seus graus em administração, a maioria no exterior. Quando chegaram à universidade existiam poucos cursos de administração em nível de graduação. Dos dez, dois doutoraram-se no país e os demais o fizeram na Inglaterra (1), França (3) e Estados Unidos (4).

Todos os entrevistados podem ser considerados profissionalmente amadurecidos, e vivenciaram um momento do desenvolvimento do ensino e da pesquisa em administração caracterizado pelo fenômeno de “substituição de importações”.

A coleta de dados se deu através de entrevistas em profundidade, semi-estruturadas. O formulário de coleta de dados pode ser visto nos Anexos.

3. RESULTADOS

3.1. Resultados da pesquisa bibliográfica (de critérios de avaliação em periódicos científicos de administração)

A pesquisa bibliográfica entre periódicos de administração revelou uma grande diversidade de fatores e critérios de avaliação. Uma contagem simples de frequência de cada critério utilizado (como a que é apresentada na Tabela 1), entretanto, não é suficiente para retratar o grau de diversidade, uma vez que os critérios tem significados diferentes para periódicos diferentes.

Vejamos um exemplo: tanto a HBR quanto a ASQ requerem como critério a “explicitação da contribuição”. Para a HBR este critério significa “deixar clara qual a contribuição para a prática administrativa”. Para a ASQ este critério significa “deixar clara qual a contribuição para o avanço do conhecimento”.

Portanto, a análise dos dados coletados permite concluir que:

A. Os critérios de avaliação variam significativamente conforme a orientação editorial (alvo, foco, abrangência etc.) do periódico.

B. Um periódico voltado para um público mais gerencial, como a HBR, por exemplo, dá ênfase a critérios de relevância prática em detrimento de critérios metodológicos ou de rigor científico. Inversamente, periódicos mais voltados ao público acadêmico, como a ASQ ou a AMR, tendem a usar critérios mais orientados a rigor científico do que de relevância prática; e

C. Sentido dado a cada critério de avaliação também varia conforme a orientação editorial do periódico.

D. A orientação do periódico altera a escolha ou o peso de critérios de avaliação mas também muda o *significado dado a cada critério*. Por exemplo: embora critérios de *clareza* e de *forma* sejam comuns entre a maior parte dos periódicos pesquisados, qualquer que seja a sua orientação editorial, o que se espera que esteja “claro”, e em que sentido a forma será avaliada, muda de acordo com a orientação editorial. Periódicos mais voltados a um público científico tendem a pedir “clareza” no que tange à definição das variáveis, níveis de análise ou hipóteses e proposições colocadas. Por outro lado, periódicos mais orientados para um público gerencial pedem “clareza” em relação a atributos de relevância e utilidade prática de conceitos.

Portanto, ao se investigar os critérios de avaliação de trabalhos científicos em periódicos, tão (ou mais) importante que coletar a frequência de incidência dos critérios, é ponderar essa observação em relação à linha editorial ou à missão divulgada por cada veículo.

Dos vinte periódicos pesquisados, quatorze publicavam ao menos uma breve missão, diretriz editorial ou declaração de propósitos; dos seis que não o faziam, três indicavam onde tal descrição poderia ser encontrada (ver Tabela 1).

A declaração do tipo de artigo que o periódico quer atrair e a forma como a avaliação é feita está ligada à forma de inserção da publicação no meio. Cada periódico tem ligações formais e informais com associações, grupos de pesquisadores e instituições de ensino. Esta rede desenvolve, ao longo do tempo, noções do que é aceitável ou não como contribuição científica. Estes princípios e valores não declarados constituem a base não expressa de critérios de avaliação. Neste sentido, os critérios expressos são apenas a *ponta visível do iceberg*²⁷.

²⁷ Este argumento, quando aplicado à situação brasileira ajuda a explicar indefinição e falta de critérios de publicação no campo da administração. Sendo um campo ainda pouco desenvolvido, seja pela ausência de instituições, pela falta de programas ou pela produção acadêmica anêmica em quantidade e qualidade, falta-lhe uma *base cultural* mais sólida.

Os dados levantados também permitem observações adicionais sobre critérios de avaliação nos periódicos pesquisados:

- independentemente da linha de pesquisa ou inclinação paradigmática, todos os periódicos adotam critérios de seleção;
- estes critérios (ver Tabela 1) são expressos de duas formas básicas: (a) através de uma declaração de missão ou equivalente; e/ou (b) uma lista de requisitos e critérios;
- a primeira forma – declaração de missão ou equivalente – é mais característica de periódicos de linha mais generalista e/ou voltada ao público gerencial; e
- a segunda forma – lista de requisitos e critérios – é mais característica de periódicos de linha acadêmica.

Tabela 1

Orientação dos Periódicos na Amostra

	Journal of Financial and Quantitative Analysis	Journal of Financial Economics	Production and Operations Management	International Journal of Production Research	Journal of Finance	Journal of Marketing Research	Journal of Marketing	Strategic Management Journal	Harvard Business Review	Administrative Science Quarterly	Academy of Management Review	Management Science	Revista de Administração de Empresas da FGV	Revista de Administração Pública da FGV	Revista de Administração de USP	Revue Française de Gestion	Organization Studies	Journal of Management Studies	Journal of Information Science	MIS Quarterly
É Blind Review?	N/D	N/D	Sim	N/D	N/D	N/D	Sim	Sim	N/D	Sim	Sim	N/D	Sim	N/D	Sim	Sim	Sim	Sim	N/D	Sim
Publica Guidelines de Editoração?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Publica Missão / Propósitos para guiar autores?	Sim **	Sim **	Sim *	Sim **	Não	Não *	Não *	Sim **	Não *	Sim	Sim	Sim	Sim **	Sim **	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Publica/indica Critérios	Sim		Sim	Sim		*	*		*	Sim	Sim *	Sim **			Sim	Sim **	Sim	Sim **	Sim **	
	Não	X	X		X	X	X	X	X				X	X						X
Clareza	Objetivos / Pergunta						X		X		X				X		X			X
	Metodologia								X	X	X	X			X		X			X
	Resultados / Ideias / propostas								X	X	X	X			X		X			X
	Contribuição						X		X	X		X			X		X		X	X
	Outros						(1)		(2)		(3)		(4)		(4)		(4)	(5)		

(1) Definição de Constructos

(2) Target Audience

Cases
Credenciais
(3) Implicações para pesquisa futura
Nível de Análise / Definição de Conceitos
Proposições / Hipóteses Pesquisáveis

(4) Target Audience

(5) Clareza / Coerência Metodológica / Ontológica / Epistemológica

* Quando não publicado, indica onde/como conseguir informação: quando publicado, indicado onde/como obter detalhes

** Pouca informação/detalhe disponibilizados

Não Disponível

Tabela 1

Orientação dos Periódicos na Amostra (cont.)

		Journal of Financial and Quantitative Analysis	Journal of Financial Economics	Production and Operations Management	International Journal of Production Research	Journal of Finance	Journal of Marketing Research	Journal of Marketing	Strategic Management Journal	Harvard Business Review	Administrative Science Quarterly	Academy of Management Review	Management Science	Revista de Administração de Empresas da FGV	Revista de Administração Pública da FGV	Revista de Administração da USP	Revue Française de Gestion	Organization Studies	Journal of Management Studies	Journal of Information Science	MIS Quarterly	
Atualidade / Novelty	Tema									X	X		X			X					X	
	Abordagem									X	X	X										
	Atualidade							X			X	X		X		X				X	X	
	Originalidade Global			X						X	X	X	X	X		X			X			
Eficiência	Concepção							X			X	X	X			X						X
	Modelagem/ Organização			X				X			X	X	X			X			X			X
	Execução							X			X	X	X	X			X		X	X	X	X
	Apresentação / Forma / Redação			X				X			X	X	X	X		X	X			X		
Relevância	Significado da Contribuição			X	X			X	X	X	X	X	X	X		X	X		X			X
	Utilidade				X				X	X		X	X			X	X			X		X
	Cabimento									X		X	X			X	X		X			
	Surpreendente									X	X					X						
	Durabilidade													X		X						

 Não Disponível

3.2. Resultados da pesquisa exploratória (critérios prescritos por pesquisadores de administração seniores no Brasil)

Assim como o levantamento entre periódicos mostrou grandes diferenças de fatores e critérios de avaliação, as entrevistas realizados com pesquisadores de administração seniores revelou grande diversidade quanto aos critérios de julgamento. Vejamos os três pontos mais relevantes: a heterogeneidade, a falta de clareza e a questão da consistência.

3.2.a. A heterogeneidade dos processos de avaliação

Os resultados da Pesquisa Exploratória evidenciam a grande heterogeneidade de critérios de julgamento de produção científica em administração usados no Brasil (ver Tabela 2). Esta heterogeneidade manifesta-se em 3 aspectos:

- ☒ Há baixo consenso em relação aos critérios prescritos para julgar produção científica. Na Tabela 2 as áreas hachuradas representam os critérios prescritos por cada docente. A falta de consenso persiste mesmo quando os resultados são reagrupados por área temática (organizações, finanças etc.), por região geográfica, ou por formação dos respondentes.
- ☒ Há baixo consenso quanto a quais critérios são mais importantes. As áreas hachuradas em negro representam os critérios enfatizados por cada avaliador. Novamente, é possível perceber como os pesquisados raramente concordam em relação aos critérios mais importantes. Por exemplo, os fatores mais enfatizados em geral (oportunismo/pertinência, atualidade/nível de informação e utilidade prática) foram ressaltados por apenas três avaliadores cada um.
- ☒ Há baixo consenso quanto ao significado atribuído a cada critério. Tal como verificado entre os critérios usados nos periódicos, os critérios prescritos pelos entrevistados tendem a possuir significados distintos de acordo com a perspectiva do docente.

Tabela 2
Critérios Prescritos pelos Entrevistados

		DOCENTES									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C o n c e p ç ã o	CONCEPÇÃO										
	OPORTUNISMO e PERTINÊNCIA (ao momento, à realidade)										
	DURABILIDADE										
	NÍVEL EM QUE É ADVOCATIVO (tem algo a dizer ou a propor)										
M é t o d o e E x e c u ç ã o	MODELAGEM (do trabalho ou da pesquisa)										
	RIGOR METODOLÓGICO										
	EFICÁCIA DA EXECUÇÃO										
	ATUALIDADE / NÍVEL DE INFORMAÇÃO										
	QUALIDADE DA PESQUISA										
C o n t e ú d o	CONSISTÊNCIA/ COERÊNCIA (na sustentação do argumento)										
	ORIGINALIDADE / INOVAÇÃO										
	SURPRISING										

 = Não citado

 = Citado

 = Citado com ênfase

Tabela 2

Critérios Prescritos pelos Entrevistados (cont.)

		DOCENTES									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C o n t e ú d o	CONTRIBUIÇÃO PARA O (avanço do) CONHECIMENTO										
	UTILIDADE PARA PESQUISA FUTURA										
	UTILIDADE PRÁTICA (Aplicabilidade nas organizações)										
F o r m a	CONCISÃO										
	LEGIBILIDADE										
	ATRATIVIDADE DO TEXTO										
	TAMANHO										
O u t r o s	ATRATIVIDADE (do trabalho) AO PÚBLICO-ALVO										
	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM										
	IDENTIDADE DO AUTOR										
	OPINIÃO/ IDEOLOGIA										

= Não citado
 = Citado
 = Citado com ênfase

3.2.b. A falta de clareza dos processos de avaliação

Outro aspecto a ressaltar é o contraste entre a situação brasileira e a situação de centros mais desenvolvidos. Como visto na revisão teórica, os centros mais desenvolvidos, ainda que apresentem grande diversidade de linhas de pesquisa: (a) têm critérios claramente divulgados para julgar a produção científica em administração, (b) apresentam consistência *interna* no significado e na aplicação desses critérios, e (c) utilizam amplamente alguns critérios universais, que persistem independentemente dos paradigmas seguidos ou das linhas editoriais utilizadas.

Em suma, enquanto nos centros mais desenvolvidos existem critérios mais homogêneos e alguns fatores de avaliação universais são adotados, no Brasil – a tomar-se a amostra pesquisada – nada parece predominar, a não ser a ausência de paradigmas e de critérios mais homogêneos. A consequência é falta de clareza nos processos de avaliação.

3.2.c. A questão da consistência nos processos de avaliação

Um último aspecto que queremos ressaltar é a baixa consistência dos critérios preconizados por diversos docentes pesquisados. Em diferentes momentos da entrevista, os pesquisadores ouvidos eram perguntados sobre (a) *critérios que deveriam ser enfatizados*; e (b) *periódicos que poderiam ser citados como modelos de aplicação destes critérios*. Ocorre que, em alguns casos, os modelos citados de aplicação eram incoerentes com o que se tentava prescrever. Isto pode ser constatado pelo cruzamento de duas séries de resultados, comparando-se os critérios preconizados (Tabela 2) e os periódicos usados como modelos desses critérios (Tabela 3).

O entrevistado 3, por exemplo, de orientação administrativista e não positivista, citou como modelo de tais critérios desde a RAE e a RAUSP até veículos tão

distintos quanto a HBR e a ASQ. Outros entrevistados (2, 8 e 9) citaram como modelos tanto a HBR quanto a ASQ, claramente antagônicas no que tange aos critérios que usam para distinguir "boa produção" de "produção medíocre".

Tabela 3

**Periódicos – Modelo dos Critérios
Preconizados pelos Docentes na Amostra**

	R A E	RA Úsp	S M J	Intl Exc	H B R	Bi lan	R A P	O Stu dies	O Sci ence	A S Q	A M R	A M J	J BS	A J S	C O G	O R	An pad	Mg Sci ence	Org e Soc	R F G	R E P	J F	R B E	Mis Qtl	S M R	Hu mn Rel
1	●	●	●	●	●	●																				
2	●	●					●	●	●	●	●	●	●	●	●											
3	●	●																								
4																	●	●								
5	●	●					●										●		●	●						
6	●	●															●				●	●				
7	●	●					●									●	●	●					●	●		
8								●		●															●	●
9								●		●																
10	●	●						●		●									●							

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1. Análise da pesquisa bibliográfica (de critérios de avaliação em periódicos científicos de administração): propondo um quadro de análise

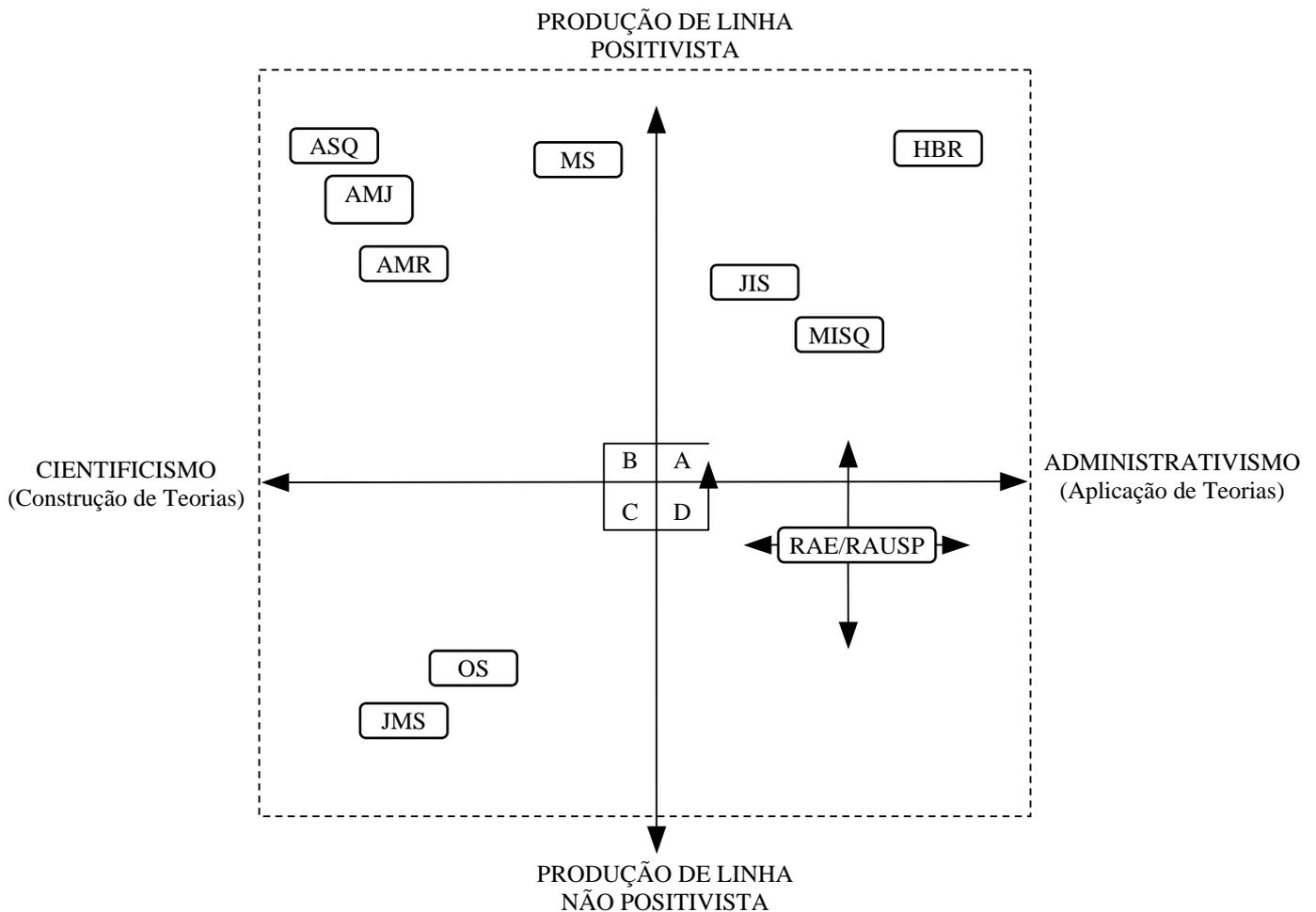
Vimos na seção precedente que os critérios adotados pelos diversos periódicos – bem como o *significado* dado a cada critério – variam de acordo com sua linha editorial.

A análise dos resultados e esta visão “relativista” dos critérios permitem-nos construir e propor um *quadro de análise* para identificar apropriadamente a orientação dos periódicos pesquisados e, conseqüentemente, os critérios de avaliação decorrentes.

Na Figura 1 – Quadro de Análise: Orientação dos Periódicos da Amostra – o eixo vertical define o pressuposto de ciência a partir do qual as teorias – ou linhas de trabalho – são desenvolvidas, da adoção total de pressupostos positivistas – no extremo superior – à negação absoluta destes pressupostos – no extremo inferior. O eixo horizontal define a orientação do desenvolvimento teórico – se voltado para a *construção* de teoria – lado esquerdo – ou para a *aplicação* da teoria – lado direito do quadro.

Figura 1

**Quadro de Análise
Orientação dos Periódicos da Amostra**



No eixo horizontal temos um primeiro *continuum*, que vai do *cientificismo* (desenvolvimento de teoria) ao *administrativismo* (aplicação da teoria). O primeiro grupo é formado pelo conjunto de pesquisadores e publicações que crêem que o campo deve estar afastado da prática empresarial. Um argumento exemplar neste

sentido é defendido por Brief e Dukerich²⁸, que afirmam que a teoria no campo do comportamento organizacional pode ter valor prático mesmo que não seja útil no sentido mais restrito da palavra. O pressuposto é que tentativas de criar teorias úteis reduzem as possibilidades de desenvolvimento e podem obstruir o desenvolvimento do campo de estudos. No extremo oposto estão os pesquisadores que publicam, por exemplo, na *Harvard Business Review*, voltados quase que exclusivamente para teorias – ou metodologias – de imediata aplicação prática.

No eixo vertical temos um segundo *continuum* que vai da linha de *produção positivista* até a linha de *produção não positivista*. O primeiro grupo é formado por pesquisadores que adotam os pressupostos positivistas e buscam explicar os fenômenos organizacionais a partir da compreensão de relações de causalidade. Este grupo faz uso intensivo de ferramentas estatísticas e testes de hipóteses. No outro extremo estão os pesquisadores que seguem uma linha de investigação de base antropológica-etnográfica.

A combinação dos dois eixos cria quatro quadrantes onde podem ser localizadas as várias publicações e linhas de pesquisa. Procuramos localizar no quadro os periódicos mais representativos de posições distintas no espectro de possibilidades de linhas de pesquisa.

Seguindo no sentido horário teríamos:

☒ No quadrante “A” as publicações de linha administrativista-positivista. Estas publicações estão voltadas para linhas de pesquisa preocupadas com a aplicação prática dos conceitos.

²⁸ Brief, A. P. e Dukerich, J. M. Theory in organizational behavior: Can it be useful? **Research in Organizational Behavior**, 13: 327-352, 1991.

Entre os periódicos de linha positivista-administrativista, o exemplo mais significativo é a *Harvard Business Review*. Orientada para um público de executivos e consultores, esta publicação tem como grande foco divulgar conhecimento aplicável. Ainda no quadrante “A”, porém relativamente menos positivistas e menos administrativistas que a *Harvard Business Review*, estão o *Journal of Information Science* e o *Management Information Systems Quarterly*.

- ☒ No quadrante “B” estão as publicações que representam o *mainstream* da pesquisa acadêmica americana. Estas publicações apresentam diferentes graus de adoção do cientificismo e da base positivista.

Neste quadrante, os exemplos quintessenciais de uma postura cientificista-positivista são a *Administrative Science Quarterly* e a *Academy of Management Journal*. Ainda no mesmo quadrante encontram-se a *Academy of Management Review* e a *Management Studies*.

- ☒ No quadrante “C” está a maioria das publicações *alternativas*, voltadas para pesquisa acadêmica mas utilizando a abordagem etnográfica ou suas variantes.

Neste quadrante surgem as publicações representativas do cientificismo-não positivista. As representantes mais significativas desta linha são o *Journal of Management Studies*, editado no Reino Unido, e a também européia *Organization Studies*.

- ☒ Finalmente, no quadrante “D”, administrativista-não positivista, poderíamos localizar duas das publicações brasileiras mais tradicionais: a *Revista de Administração da USP* e a *Revista de Administração de Empresas*. Mas esta classificação não se faz sem problemas. A primeira questão a ser levantada são as mudanças de linha editorial ao longo do tempo. A segunda questão diz respeito ao amplo espectro de linhas de pesquisas publicadas nestas duas revistas. Por isso, edições diferentes podem ser classificadas diferentemente,

assim como em uma mesma edição são publicados artigos de orientações diversas.

4.2. Análise da pesquisa exploratória (critérios prescritos por pesquisadores de administração seniores no Brasil)

No capítulo anterior, os resultados da pesquisa sobre critérios de avaliação prescritos por pesquisadores seniores mostrou os baixos níveis de consenso, convergência e consistência existentes no que tange à avaliação da produção científica em administração no nosso país.

Nesta seção, o objetivo é analisar tais resultados, buscando explicações e implicações. É conveniente lembrar a estreita relação que deve existir entre critérios de avaliação prescritos por docentes e pesquisadores no país e os critérios utilizados nos nossos veículos (*outlets*) de produção acadêmica.

Tendo essa relação em mente, a falta de coerência e consistência encontrada nesta pesquisa pode ilustrar – e até *explicar* – a inclinação à incoerência e à inconsistência dos nossos veículos de produção acadêmica, que além de heterogêneos entre si, parecem ser pouco consistentes ao longo do tempo. Uma avaliação mais atenta desses *outlets* deve mostrar que os critérios e concepções de “pesquisa de qualidade” nesses veículos tendem a variar, ao longo do tempo, tanto quanto mudam seus corpos editoriais.

Se classificássemos os docentes e pesquisadores que julgam a produção acadêmica em administração no Brasil em relação a seu envolvimento (atual ou passado) com esses veículos, é possível que uma interessante relação pudesse ser verificada²⁹.

²⁹ Ainda que os dados coletados e o tamanho da amostra pesquisada não permitam verificar esta hipótese nesta pesquisa, uma discussão especulativa parece apropriada para questionar os condicionantes e implicações da falta de consenso sobre critérios no Brasil.

Um primeiro grupo seria composto por pesquisadores representantes do **administrativismo não-positivista, “soft”**, típico dos que editam – ou editaram – veículos que tentam fazer de periódicos acadêmicos no Brasil uma ponte com o mundo da prática administrativa. A linha desses periódicos é *inconsistentemente* gerencialista, provavelmente, em função do debate interno nos seus conselhos editoriais e nos programas de pós graduação de onde derivam. Estes periódicos oscilam ora no sentido de servir de veículo à pesquisa científica (pouco atraente ao mundo gerencial), ora no sentido de privilegiar trabalhos gerencialistas, de maior atratividade ao público gerencial.

Pesquisadores neste grupo tenderiam a preconizar como critérios de avaliação:

- a *atualidade* e a *aplicabilidade* do tema explorado, buscando responder às inquietações de executivos quanto às novas “tendências” ou às últimas novidades em termos de tecnologia gerencial;
- a *legibilidade, estilo de redação* e outros critérios de *forma*, visando adequar-se às exigências gerenciais de algo “interessante” de ler, mais do que algo “profundo e complexo” e nitidamente contra textos “muito teóricos e abstratos”; e
- a *atratividade* do trabalho *ao público-alvo*, procurando atrair a maior massa de leitores, tipicamente gerencial e de baixa densidade conceitual, o que poderia, eventualmente, viabilizar comercialmente o veículo.

Já um segundo grupo obtido dessa divisão seria formado por pesquisadores representantes do **cientificismo moderadamente positivista, “semi-hard”**. Este grupo seria composto por pesquisadores que foram expostos de forma mais severa – seja por formação, seja por procurarem mais freqüentemente publicar no exterior – aos critérios e parâmetros menos volúveis praticados nos centros mais desenvolvidos.

Pesquisadores brasileiros neste grupo tendem a absorver apenas *parcialmente* o positivismo comum dos critérios de julgamento de veículos estrangeiros. Essa forma moderada de absorção deve ter ao menos dois motivos: primeiro, a exposição ao contexto brasileiro reforça a atuação mais “soft” (característica em nosso país); segundo, a distância e dificuldade de acesso desses docentes a veículos internacionais, aliadas ao incentivo administrativista de nossa vida acadêmica, acabam orientando a produção e pesquisa desses docentes no sentido do primeiro grupo, o que pode acabar atenuando características mais “hard” que possam ter adquirido no exterior.

Pesquisadores neste grupo tenderiam a preconizar como critérios de avaliação:

- *Concepção, modelagem e planejamento* do trabalho, visando adequar-se aos cânones acadêmicos de pesquisa científica;
- Adequação da *metodologia* utilizada, bem como *eficácia e qualidade de execução* da pesquisa, também procurando adaptar-se aos rígidos padrões metodológicos de centros mais desenvolvidos; e
- *Contribuição para o conhecimento científico e para pesquisa futura*, buscando conformar-se ao critério de acumulação e reprodutibilidade do conhecimento científico.

Obviamente, é de se esperar que diversos docentes e pesquisadores que julgam produção acadêmica no Brasil se encontrem em diversos pontos intermediários, e não nos extremos representados pelos 2 grupos.

4.3. Proposição de um *Modelo de Requisitos*

Os resultados desta primeira etapa da pesquisa mostram que não só existe grande heterogeneidade de critérios de produção científica no Brasil, como critérios aparentemente coincidentes carregam *significados distintos*. Dado que o objetivo desta pesquisa é sugerir critérios normativos genéricos para a avaliação de trabalhos provenientes de diferentes áreas, um *Modelo de Requisitos* precisará responder à questão da diversidade.

O *Modelo de Requisitos* (ver Figura 2) proposto reflete: (a) os critérios adotados pelos principais periódicos acadêmicos em administração; (b) os critérios preconizados por nossos entrevistados; e (c) a posição dos autores.

Portanto, está-se fazendo uso: (1) de dados empíricos coletados através de entrevistas; (2) de consultas a periódicos; e (3) de análise de documentos onde critérios são explicitados, que serviram para que se derivassem modelos classificatórios. A estes modelos classificatórios, adicionamos uma metodologia de construção típico-ideal. Assim, construímos um *Modelo de Requisitos* utilizando duas perspectivas de elaboração científica.

O *Modelo de Requisitos* aqui proposto possui os seguintes postulados básicos:

Existe um conjunto de critérios genéricos que podem ser usados para avaliar a pesquisa produzida no país, apesar da grande diversidade de perspectivas (tanto sobre a natureza da ciência quanto sobre a natureza da pesquisa em Administração) existente no campo.

Para lidar com a grande diversidade de pesquisas de naturezas distintas, é preciso **relativizar o uso desses critérios, quanto à ênfase e ao sentido dado a cada um deles**.

4.3.a. Definição dos critérios e categorias de critérios do *Modelo de Requisitos*

Para construir um *Modelo de Requisitos* que atendesse aos postulados acima, os critérios preconizados pelos periódicos acadêmicos pesquisados e pelos docentes entrevistados foram agrupados e organizados em cinco categorias:

1. Concepção e Planejamento
2. Metodologia e Execução
3. Conteúdo e Resultados
4. Forma e Apresentação
5. Outros critérios

A Figura 2 sintetiza a definição básica e o agrupamento dos critérios do *Modelo de Requisitos* proposto. Os hachurados indicam a categoria à qual cada critério pertence.

Figura 2

Definição e Agrupamento de Critérios - *Modelo de Requisitos*

Categorias de Critérios Individuais	Concepção e Planejamento	Metodologia e Execução	Conteúdo e Resultados	Forma e Apresentação	Outros
CONCEPÇÃO	Inclui a escolha do tema, da indagação e da abordagem				
OPORTUNISMO e PERTINÊNCIA (ao momento, à realidade)	É função da escolha do tema				
DURABILIDADE	É função da escolha do tema e da abordagem				
NÍVEL EM QUE É ADVOCATIVO (tem algo a dizer ou a propor)	É função da escolha da indagação				
MODELAGEM (do trabalho ou da pesquisa)	★ Também é função do planejamento da abordagem	Inclui o planejamento do modelo conceitual ou metodológico			
RIGOR METODOLÓGICO		Abrange a propriedade/aplicação da metodologia			
EFICÁCIA DA EXECUÇÃO		Envolve o quão bem feito ("well done") é o trabalho			
ATUALIDADE/ NÍVEL DE INFORMAÇÃO		Quão bem feita é a fundamentação e quão relevantes/atuais ("informed") são as referências			
QUALIDADE DA PESQUISA		Inclui o nível de qualidade da pesquisa teórica e/ou empírica			
CONSISTÊNCIA/ COERÊNCIA (na sustentação do argumento)			Abrange a capacidade de teorizar, de argumentar, de ser coerente		
ORIGINALIDADE/ INOVAÇÃO	★ Também é função da escolha do tema e da indagação		Ineditismo das conclusões, resultados ou do argumento		
SURPREENDENTE	★ Também é função da indagação		Inclui quão surpreendentes são o trabalho e/ou seus resultados	★ Também é função do estilo de redação e apresentação	

Figura 2

Definição e Agrupamento de Critérios - *Modelo de Requisitos* (cont.)

Categorias de Critérios Individuais	Concepção e Planejamento	Metodologia e Execução	Conteúdo e Resultados	Forma e Apresentação	Outros
CONTRIBUIÇÃO PARA O (avanço do) CONHECIMENTO			Até que ponto trabalho/resultados contribuem para o avanço do conhecimento científico		
UTILIDADE PARA PESQUISA FUTURA			O quanto o trabalho tem implicações ou aponta direções de pesquisa futura	☆ Também pode ser função de explicitar futuras direções de pesquisa	
UTILIDADE PRÁTICA (Aplicabilidade nas organizações)	☆ Também deriva da escolha do tema e da abordagem		O nível em que tem utilidade na prática das organizações ou tem aplicabilidade efetiva	☆ Pode também ser função de <u>como se enfatiza</u> aspectos dos resultados	
CONCISÃO				Abrange a capacidade de síntese do texto	
LEGIBILIDADE				Inclui o nível de estruturação, clareza e de inteligibilidade do trabalho	
ATRATIVIDADE DO TEXTO				Até que ponto o trabalho e seu texto não são enfadonhos	
TAMANHO				Adequação entre o espaço consumido e a significância da contribuição	
ATRATIVIDADE (do trabalho) AO PÚBLICO-ALVO					Satisfaz as expectativas do público-alvo da pesquisa/veículo
INSTITUIÇÃO DE ORIGEM					Instituição de origem do(s) autor(es)
IDENTIDADE DO AUTOR					Nome do(s) autor(es)
OPINIÃO / IDEOLOGIA					Linha ideológica ou opinião expressa do autor

É conveniente assinalar que alguns critérios de avaliação contidos em diferentes categorias são interdependentes. Os critérios de *originalidade* e de *nível de surpresa*, por exemplo – categoria de “conteúdo e resultados” – têm relação com os critérios relacionados à categoria de “concepção e planejamento”. Procuramos assinalar na Figura 2 estas interdependências.

Vejamos agora em detalhe cada uma das categorias mencionadas:

- Critérios de concepção e planejamento

Esta primeira categoria engloba todos os critérios que determinam a orientação e a estrutura da pesquisa. Critérios nesta categoria são utilizados para avaliar as principais *escolhas* que o pesquisador fez antes de começar seu trabalho. As principais escolhas estão na base da *concepção* da pesquisa: a escolha do tema, a escolha da indagação (a pergunta de pesquisa que o trabalho pretende responder) e a escolha da abordagem de pesquisa (como se pretende responder à pergunta).

Os demais critérios nesta categoria, tais como a *pertinência* da pesquisa, a *durabilidade* do estudo ou o *nível em que é advocativo* (até que ponto a pesquisa tem algo a dizer) derivam das escolhas iniciais.

- Critérios de metodologia e execução

A segunda categoria de critérios é essencialmente técnica. Uma vez determinados o tema, a indagação e a abordagem da pesquisa, é preciso operacionalizá-la. Isto implica em (a) conceber um método apropriado e (b) efetivar com eficácia e qualidade a pesquisa planejada.

Critérios de método avaliam até que ponto o pesquisador construiu ou utilizou metodologia apropriada para responder a indagação feita. O critério de *modelagem*, por exemplo, procura julgar o modelo conceitual da pesquisa. O critério de *rigor*

metodológico, por outro lado, procura avaliar se o pesquisador incluiu no planejamento do estudo parâmetros de controle que buscassem verificar a validade dos resultados. Como um todo, os critérios de método avaliam até que ponto, dada a concepção do estudo, a pesquisa se propõe a *fazer as coisas certas*.

Critérios de execução abrangem os fatores que avaliam se a pesquisa *fez certo o que deveria fazer*. Ou, em outras palavras, se o pesquisador realizou o que foi planejado com eficácia e qualidade. O critério de *eficácia de execução*, por exemplo, procura avaliar se o pesquisador realizou efetivamente o que planejou fazer na modelagem, em toda a sua extensão.

O critério de *atualidade/nível de informação* busca avaliar a atualização do pesquisador quanto ao tema e medir quão bem feita é a fundamentação teórica do estudo e quão relevantes são as referências utilizadas.

Por fim, o critério de *qualidade da pesquisa* procura avaliar o nível geral de *qualidade* da pesquisa teórica e/ou empírica que o estudo propõe-se a realizar.

- Critérios de conteúdo e resultados

Os critérios agrupados nesta terceira categoria envolvem o produto da pesquisa: seus argumentos e o conteúdo final – no caso de pesquisa teórica – ou seus resultados – no caso de pesquisa empírica. Cabe aqui a maior parte do *juízo de valor* da pesquisa.

O critério de *consistência/coerência* procura avaliar até que ponto a pesquisa consegue teorizar, argumentar e sustentar coerentemente o seu argumento principal. Em trabalhos teóricos ou conceituais esse critério está ligado à lógica da argumentação. Em trabalhos mais empíricos relaciona-se à ligação entre a teoria utilizada, ao método usado e à evidência coletada.

O critério de *originalidade e inovação* busca medir o nível de ineditismo do argumento, dos resultados ou das conclusões.

O critério de *nível de surpresa* busca medir até que ponto a pesquisa (ou seus resultados) é surpreendente, ou se redundante no óbvio, no intuitivo ou no esperado.

Os critérios de *contribuição para o avanço do conhecimento* e de *utilidade para pesquisa futura*, mais aplicáveis à pesquisa de orientação cientificista, buscam avaliar o impacto do trabalho. Finalidade análoga tem o critério de *utilidade prática*, para pesquisas de orientação mais administrativista.

- Critérios de forma e apresentação

A quarta categoria de critérios agrupa os requisitos mais *plásticos* – não por isso menos importantes – do trabalho: sua forma final e os diversos elementos de sua apresentação.

O critério de *concisão* visa avaliar a capacidade do pesquisador de sintetizar argumentos, resultados e conclusões.

O critério de *legibilidade* busca avaliar se a pesquisa é clara e inteligível, seja do ponto de vista formal (ortográfico e gramatical), seja no que tange a estilo.

O critério de *atratividade do texto* procura avaliar a capacidade do texto de prender a atenção do leitor. De fato, parece haver crescente consenso que mesmos textos acadêmicos não precisam ser enfadonhos.

Por fim, o critério de *tamanho* busca avaliar a adequação do espaço utilizado com relação às características gerais do trabalho.

- Outros critérios

A quinta e última categoria de critérios abrange os requisitos que não são facilmente classificados nos demais grupos.

O critério de *atratividade do trabalho ao público-alvo* é inteiramente dependente do veículo ao qual a pesquisa está sendo submetido, e procura avaliar se o trabalho atende às expectativas do *leitor* daquele veículo, independentemente de sua qualidade ou utilidade em outras dimensões.

Os critérios de *instituição de origem* e o de *identidade do autor*, no caso de alguns veículos (mais comercialmente orientados), objetivam garantir que o veículo tenha maior legitimidade institucional ou atratividade comercial, em função de quem nele publica. Veículos ou *espaços* mais cientificistas costumam utilizar o *blind review* – em que se preconiza que o avaliador *necessariamente não deve saber* da identidade ou da origem institucional do pesquisador – e o princípio de neutralidade científica, em que a ideologia ou opinião do pesquisador não devem ser considerados na avaliação.

4.3.b. Relativizando o *Modelo de Requisitos*

Como foi sugerido anteriormente, um modelo de requisitos que pretenda ser utilizado na avaliação de pesquisa acadêmica em administração terá, necessariamente, que atender a grande variedade de perspectivas existente no campo. Portanto, é preciso relativizar tanto a escolha dos critérios quanto a ênfase e o sentido dados a cada critério. Assim:

- devem variar os *critérios* a serem utilizados para avaliar a pesquisa;
- deve variar a *ênfase* dada a cada critério; e

deve variar o *sentido* dado a cada critério.

A figura 3 apresenta as diferentes ênfases a serem dadas por diferentes perspectivas de pesquisas para cada uma das 5 categorias de critérios.

Figura 3

**Modelo de Requisitos “Relativizado” -
(Visão Geral da Ênfase por Categoria de Critérios do Quadro de Análise)**

Positivismo	Maior Ênfase	Maior Ênfase	Maior Ênfase	Menor Ênfase	Menor Ênfase
	Maior Ênfase	Menor Ênfase	Maior Ênfase	Menor Ênfase	Menor Ênfase
Não-Positivismo	Maior Ênfase	Menor Ênfase	Maior Ênfase	Menor Ênfase	Menor Ênfase
	Concepção / Planejamento <i>Concepção / Oportunismo / Durabilidade / Advocativo</i>	Metodologia e Execução <i>Modelagem / Rigor método / Eficácia da execução / Atualidade / Qualidade</i>	Conteúdo e Resultados <i>Consistência / Originalidade / Surpresa / Contribuição conhecimento / Utilidade para Pesquisa Futura / Utilidade para P' Praxis</i>	Forma e Apresentação <i>Concisão / Legibilidade / Atratividade texto / Tamanho</i>	Outros <i>Atratividade para público-alvo / Instituição de origem / Identidade do autor</i>
Administrativismo	Maior Ênfase	Menor Ênfase	Maior Ênfase	Menor Ênfase	Maior Ênfase
Cientificismo	Maior Ênfase	Maior Ênfase	Maior Ênfase	Maior Ênfase	Maior Ênfase

Já as figuras 3.1 a 3.5 apresentam as diferentes *leituras* que as 5 categorias do modelo têm em cada uma das diferentes perspectivas de pesquisa.

Figura 3.1

Modelo de Requisitos - Critérios da Categoria “Concepção e Planejamento” por Perspectiva do Quadro de Análise

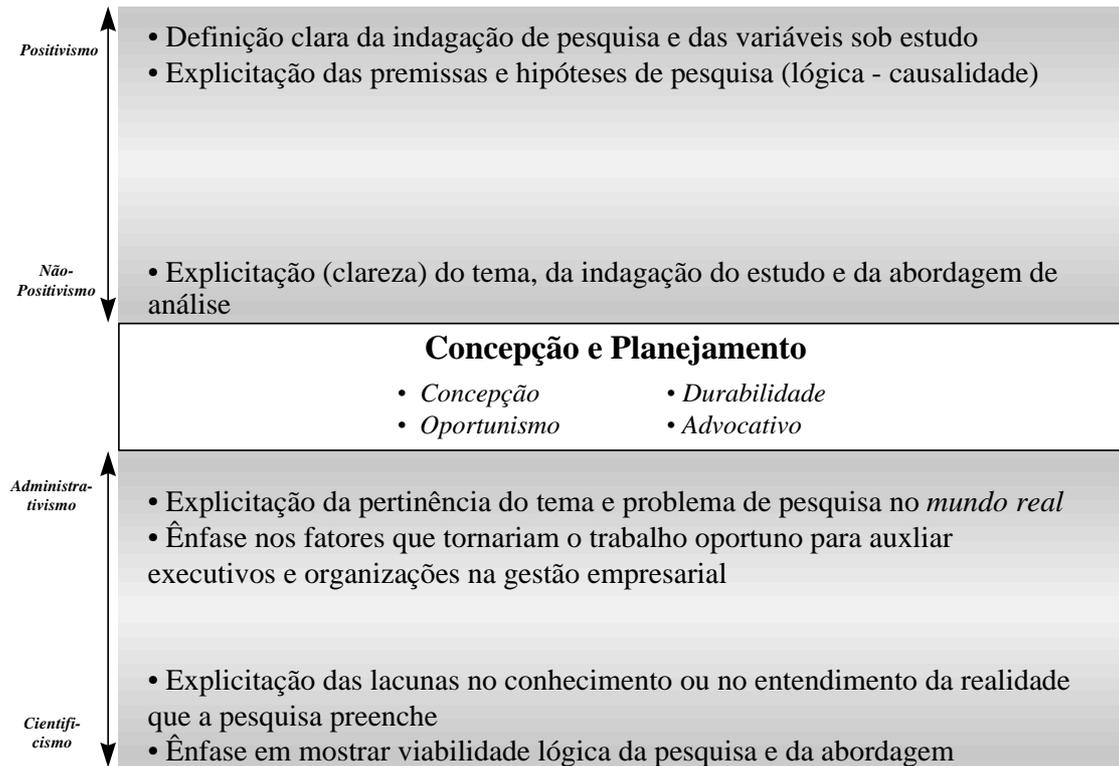


Figura 3.2

Modelo de Requisitos - Critérios da Categoria “Metodologia e Execução” por Perspectiva do Quadro de Análise

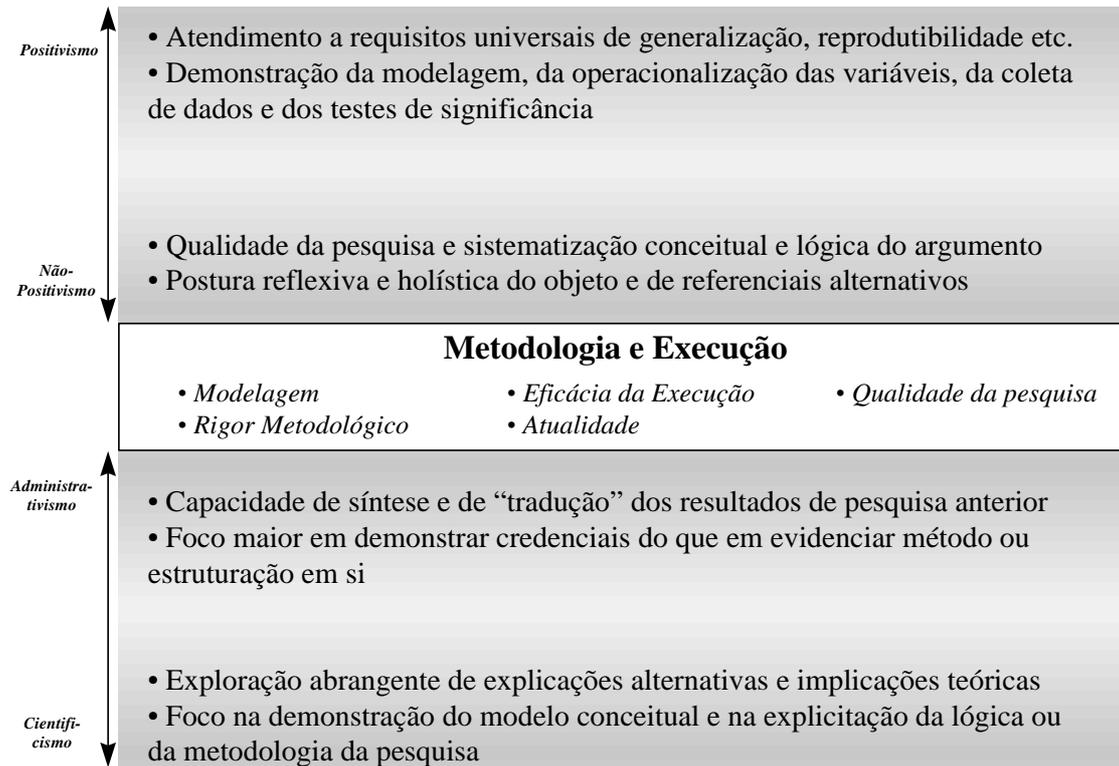


Figura 3.3

**Modelo de Requisitos - Critérios da Categoria “Conteúdo e Resultados” por
Perspectiva do Quadro de Análise**

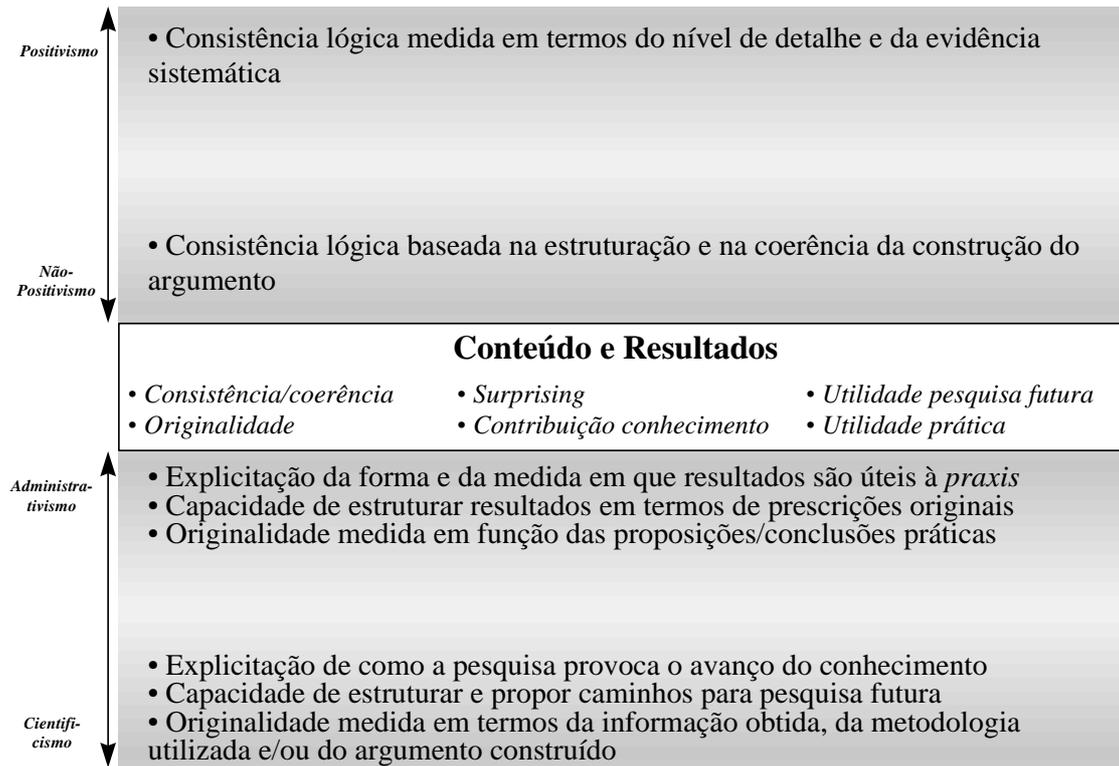


Figura 3.4

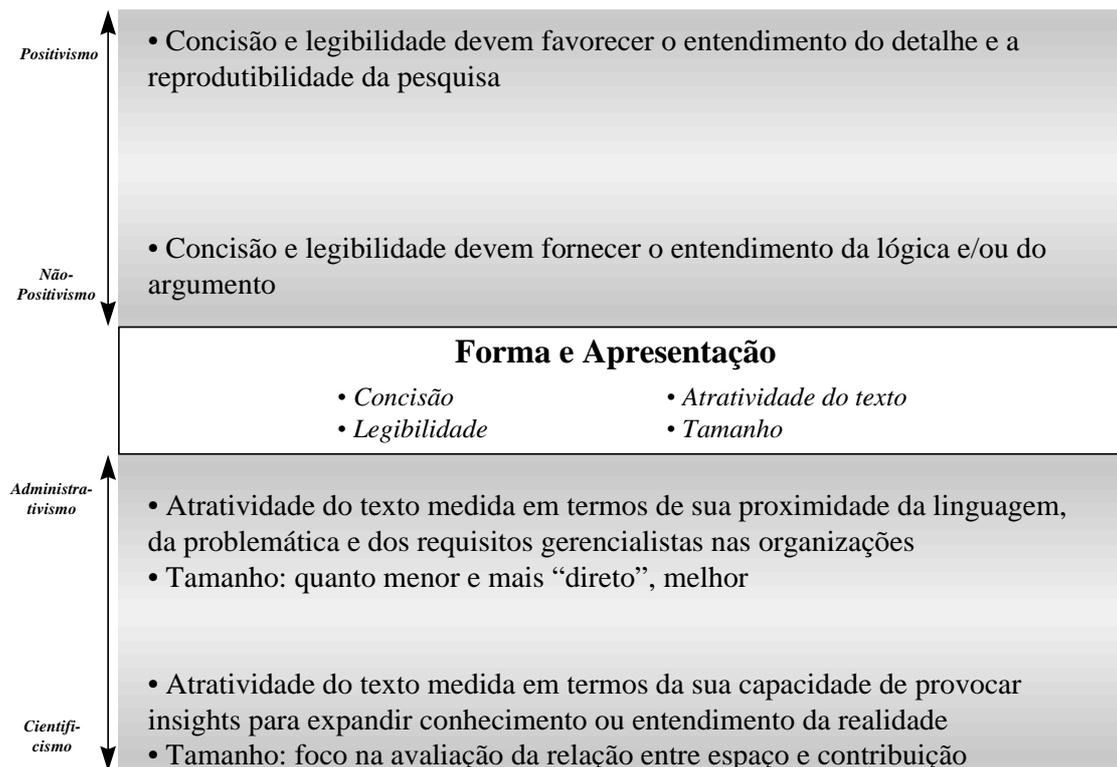
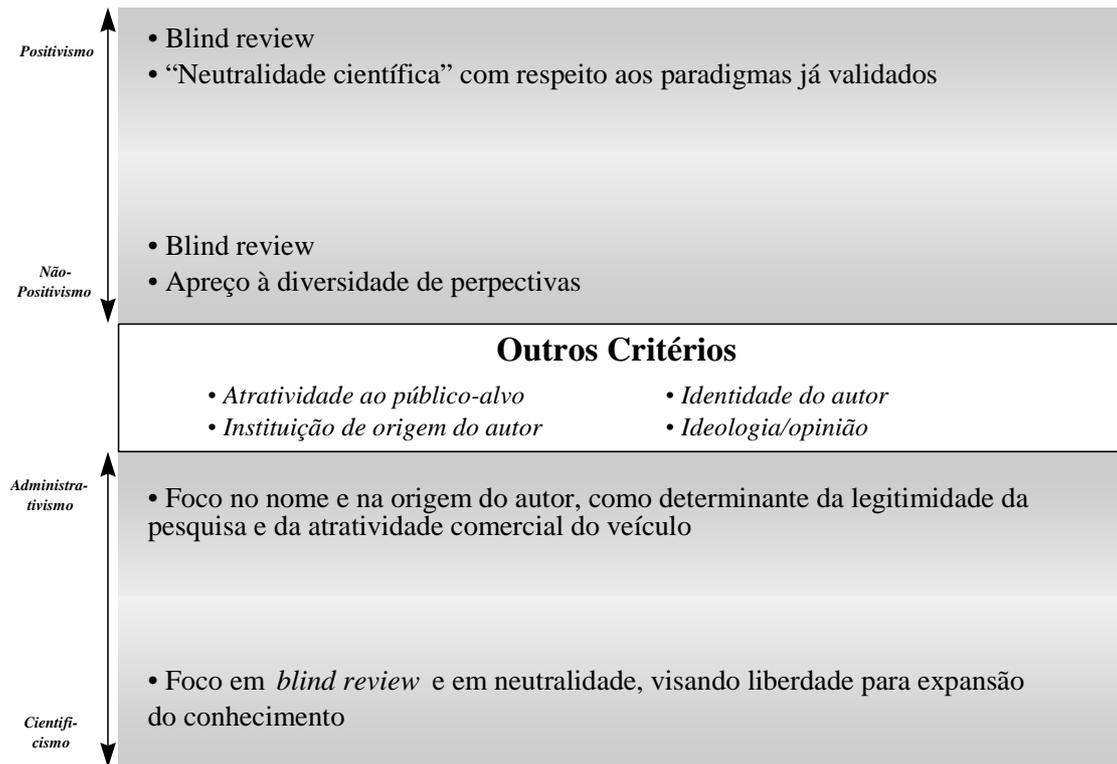
Modelo de Requisitos - Critérios da Categoria “Forma e Apresentação” por Perspectiva do Quadro de Análise

Figura 3.5

Modelo de Requisitos - Critérios da Categoria “Outros Critérios” por Perspectiva do Quadro de Análise



IV. PESQUISA DE CAMPO

1. OBJETIVOS

Na primeira parte do estudo, na **pesquisa bibliográfica**, vimos que não existem “critérios universais” utilizados por todos os principais periódicos de Administração: os critérios – bem como os significados dados a cada critério – mudam em função da linha editorial ou epistemológica do periódico. Por sua vez, ainda na primeira parte do estudo, durante a **pesquisa exploratória** com um grupo de pesquisadores seniores no Brasil, percebemos indícios de uma grande heterogeneidade nos critérios prescritos por nossos pesquisadores, bem como no significado dado a esses critérios.

Já nesta segunda parte do estudo, o objetivo foi mapear empiricamente a avaliação de produção científica no Brasil, através de um **Pesquisa de Campo** com uma amostra mais ampla de *referees*. Os objetivos desse mapeamento podem ser resumidos em três questões básicas:

1. Qual o perfil do *referee* de produção científica no Brasil?
 2. Quais as características do processo de avaliação?
 3. Quais são os critérios prescritos por esses *referees*, e quão homogênea é tal prescrição?
- objetivo deste capítulo é apresentar os resultados desse levantamento empírico. O restante do capítulo é dividido da seguinte forma:
 - a seção 2 discute a metodologia utilizada para a Pesquisa de Campo;

- a seção 3 apresenta uma caracterização sucinta da amostra estudada;
- a seção 4 apresenta os resultados da pesquisa, divididos em três partes:
 - a primeira parte mostra o perfil do *referee* brasileiro;
 - a segunda parte trata do processo de avaliação;
 - a terceira parte trata dos critérios prescritos; e
- a seção 5 apresenta uma análise dos resultados dessa segunda etapa do estudo.

2. METODOLOGIA

A Pesquisa de Campo foi realizada através de entrevistas pessoais em profundidade, com 53 *referees* de produção científica em administração no Brasil. As entrevistas foram realizadas com base em um questionário (vide Anexos).

O universo pesquisado ou amostra foi escolhida entre professores e pesquisadores da área de administração que atuam nas principais unidades universitárias que se supõe sejam as principais produtoras de conhecimento em administração.

Cuidou-se que os selecionados fossem pessoas que tenham efetivamente atuado como *referees* e que fossem reconhecidos como pessoas exercendo indiscutível influência sobre a produção de conhecimentos científicos na área de administração no Brasil.

A seleção da amostra foi feita da seguinte forma: primeiro, requereu-se a cada um dos principais periódicos e *outlets* de pesquisa em Administração no Brasil uma lista de *referees* que julgaram trabalhos nos últimos cinco anos (1992-1996).

Foram obtidas listas de *referees* dos seguintes periódicos e *outlets*:

Revista de Administração da USP (RAUSP)

Revista de Administração de Empresas da FGV (RAE)

Revista de Administração Pública da FGV (RAP)

ENANPAD (todas as áreas temáticas [1992-1996])

Organização e Sociedade (UFBA)

Revista de Administração Contemporânea (RAC)

Com a eliminação de duplicidades chegou-se a uma lista única, cujos nomes foram classificados por área temática e instituição de origem. Esta lista foi então cruzada com a lista dos participantes do ENANPAD-97, onde as entrevistas seriam, em grande parte, realizadas.

Por fim, foi contactado o maior número possível de *referees* para as entrevistas no ENANPAD, visando: (a) ter todas as áreas temáticas representadas na amostra; e (b) manter a proporcionalidade de regiões e instituições de origem da listagem total.

Foram então agendadas cerca de sessenta entrevistas, conduzidas por quatro pesquisadores.

O questionário incluiu questões abertas e fechadas, de múltipla escolha, de ponderação e de pontuação³⁰.

³⁰ O questionário foi objeto de um pré-teste realizado em São Paulo com 5 entrevistas.

Após a coleta de dados, procedeu-se à tabulação, cruzamento e análise dos dados. Além de uma série de dados de identificação, levantamento de perfil e de condições de avaliação, foram levantados os critérios prescritos (em duas partes da entrevista: espontânea e induzida).

3. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra final contém 53 entrevistas válidas, abrangendo *referees* distribuídos entre 12 instituições de ensino superior que se dedicam ao ensino e à pesquisa em administração, sendo que todas atuam em nível de graduação e pós graduação (tanto *stricto* como *lato sensu*).

3.1. Instituições e regiões de origem

As instituições e sua localização geográfica no país seguem as linhas de estratificação e do desenvolvimento do ensino e da pesquisa em administração entre nós (ver Tabela 4). Há uma predominância da região sudeste, com peso bastante grande para instituições e *referees* de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Tabela 4**Amostra:
Instituição de Origem dos *Referees***

Instituição	Freqüência	%
FGV - SP	14	26,4
USP	8	15,1
UFRGS	8	15,1
UFRJ	4	7,5
PUC - RJ	4	7,5
UFMG	4	7,5
UFPR	4	7,5
FGV - RJ	3	5,7
UFBA	1	1,9
UFSC	1	1,9
UFPE	1	1,9
FGV - DF	1	1,9
Total	53	100,0

São Paulo com a USP e a FGV-SP representa 41.5% do total de *referees* entrevistados e a seguir temos o Rio de Janeiro com 22.7%, com os *referees* vinculados à FGV-RJ, PUC-RJ e UFRJ.

O ensino e a pesquisa em administração tiveram início em São Paulo e no Rio de Janeiro quase que simultaneamente. O avanço paulista é consistente com a concentração de atividades econômicas e também culturais em São Paulo e com o declínio relativo da cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos sessenta. A seguir temos o Rio Grande do Sul, representado exclusivamente por *referees* advindos da UFRGS e que representam 15.1% da amostra. As representações percentuais das demais instituições na amostra não justificariam maiores ilações. Há programas relativamente pequenos, mas que têm despontado como produtores de conhecimento. Referimo-nos especificamente à Bahia, Minas Gerais e Paraná.

Como indica a Tabela 5, o sul e o sudeste contêm 94.3% da amostra. A presença do nordeste é de 3.8% e o centro-oeste deve seu 1.9% exclusivamente a um *referee* vinculado à FGV-DF.

Tabela 5

**Amostra:
Região de Origem dos *Referees***

Região de Origem	Frequência	%
Sudeste	37	69,8
Sul	13	24,5
Nordeste	2	3,8
Centro-Oeste	1	1,9
Norte	-	-
Total	53	100,0

3.2. Periódicos e *outlets*

Quanto aos *outlets* em que atuam como *referees*, os integrantes da amostra exercem suas funções de avaliadores de produção científica quase que exclusivamente em revistas ou periódicos nacionais (ver tabela 6). Os periódicos são os mais consolidados entre nós como é o caso da RAE, RAUSP e RAP, mas contêm uma publicação que estava em seu segundo número, que é a RAC (Revista de Administração Contemporânea). Como a RAC nasceu a partir das coletâneas de trabalhos que se apresentavam nos Encontros da ANPAD, explica-se a sua colocação ao lado de periódicos mais antigos. A elevada participação de *referees* na ENANPAD deve-se à importância que os Anais dos Encontros da ANPAD passaram a ter entre nós como “outlet” de produção científica, especialmente de alunos de pós graduação *stricto sensu*.

Tabela 6

Amostra:
Periódicos e *Outlets* onde Atuam como *Referees*

Periódicos e <i>Outlets</i>	Frequência	%
Enanpad	39	73,6
Outros	25	47,2
RAUSP	18	34,0
RAE	16	30,2
RAC	15	28,3
RAP	5	9,4

4. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

4.1. Perfil dos *referees*

4.1.a. Área temática dos *referees*

A descrição da amostra em função de áreas de especialização dos *referees* indica predomínio da área de organizações, o que poderia também ser estendido para a produção de conhecimento científico em administração (ver Tabela 7).

A área de Organizações é responsável por 22.6% e se considerarmos que até recentemente Administração Pública e Recursos Humanos estavam contidos na área de Organizações nos encontros anuais da ANPAD, temos que reconhecer à área de organizações uma extensão ainda maior, pois Recursos Humanos responde por 11.3% e Administração Pública 7.5%. Se somarmos as três especializações teremos

41.4% dos *referees* na amostra, o que também é compatível com a listagem total obtida dos periódicos e outlets de administração.

Tabela 7
Perfil dos *Referees*:
Área Temática Dominante

Área Temática	Frequência	%
Organizações	12	22,6
Finanças	9	17,0
Marketing	9	17,0
Produção e Tecnologia	8	15,1
Recursos Humanos	6	11,3
Administração Pública	4	7,5
Informática/Métodos Quant.	4	7,5
Outros	1	1,9
Total	53	100,0

As áreas funcionais de Finanças (17.0%), Marketing (17.0%), Produção-Operações-Tecnologia (15.1%) e Informática e Sistemas e Métodos (7.5%), quando somadas, chegam a 56.6% dos *referees* da amostra.

A impressão é que a produção brasileira está desalinhada da produção internacional dos principais centros, especialmente os Estados Unidos. Na verdade isto demonstra que entre nós as áreas consideradas funcionais de administração ainda têm seus professores e potenciais pesquisadores predominantemente atraídos pelo mercado de trabalho de consultoria, treinamento e prática administrativa, dedicando relativamente pouco tempo e esforço à pesquisa e à produção de conhecimento nas respectivas áreas.

A elevada participação da área de Organizações, e em certa medida Administração Pública e Recursos Humanos, são indicativos de que estas áreas são as mais academicamente inclinadas, exatamente por serem áreas, especialmente Organizações, de reduzida e problemática aplicabilidade. Poder-se-ia inferir que a reduzida aplicabilidade limita o mercado para consultoria, treinamento e atividades executivas, fazendo com que os profissionais desta área tenham na academia a sua opção preferencial de trabalho. Isto permite que se busquem algumas analogias com certas áreas científicas e de humanidades que têm na pesquisa e na produção de conhecimento, necessariamente de natureza teórica, a sua quase que exclusiva atividade. Poder-se-ia citar a física, a química teórica, a anatomia descritiva, a fisiologia e as chamadas humanidades como exemplos.

4.1.b. Experiência dos *referees* como avaliadores

A julgar pela amostra, os *referees* atuantes no Brasil compõem um grupo de profissionais altamente experientes (ver Tabela 8). Quase a metade da amostra (47.2%) tem mais de dez anos de experiência como *referee*. Todavia é alvissareiro verificar que 41.5% tem de dois a cinco anos, o que é um bom indicador de que há renovação nestes quadros de *referees* e que os mais antigos podem deixar de temer que não venham a ser substituídos.

Tabela 8

**Perfil dos *Referees*:
Experiência (como *Referee*)**

Anos de Experiência (como <i>Referee</i>)	Frequência	%
1 ou menos	4	7,5
2 a 3 anos	12	22,6
4 a 5 anos	10	18,9
6 a 7 anos	-	-
8 a 9 anos	2	3,8
10 ou mais	25	47,2
Total	53	100,0

Este **fator de experiência** foi usado também como variável de controle para a análise da homogeneidade de critérios prescritos, como será discutido na seção IV.5.

4.1.c. Nível de inserção dos *referees* no mundo acadêmico exterior

É provável que os critérios utilizados para avaliar produção científica, os significados dados a esses critérios, bem como a forma de conduzir essa avaliação, variem conforme nossos docentes estejam mais ou menos inseridos com o mundo acadêmico internacional. Portanto, seria adequado também caracterizar o perfil do *referee* na amostra em função de seu grau de inserção no mundo acadêmico. Para tanto foram desenvolvidos alguns fatores, que permitissem a quantificação que levasse a graus de **alta, média, moderada e baixa** inserção no mundo acadêmico.

Tabela 9

**Perfil dos *Referees*:
Nível de Inserção no Mundo Acadêmico Exterior**

Fator de Inserção	Freqüência	%
Baixo (00 a 10 pontos)	14	26,4
Moderado (11 a 20 pontos)	17	32,1
Médio (21 a 30 pontos)	16	30,2
Alto (31 a 40 pontos)	5	9,4
Altíssimo (Mais de 40 pontos)	1	1,9
Total	53	100,0

Para chegar a esse fator de inserção – que foi usado também na análise da homogeneidade de critérios prescritos, como discutido na próxima seção –, pediu-se aos entrevistados para pontuarem (alto, médio, baixo ou nenhum) a si mesmos em relação a alguns elementos de inserção (ver questão 8 do questionário, nos Anexos), que iam de leituras dos principais periódicos da área publicados no exterior, participação em congressos e eventos no exterior, apresentação de trabalhos em congressos e eventos no exterior, até vínculo como *referee* com publicações no exterior. Cada elemento tinha um peso, que ia de um (ex.: leitura de periódicos estrangeiros) a três (vínculo como professor no exterior, ou como *referee* em periódico estrangeiro etc.). Ao multiplicar a nota dada a cada elemento pelo seu peso, obtinha-se uma pontuação. O fator de inserção foi obtido pelo agrupamento desses pontos, como visto na Tabela 9: a adoção destes critérios permitiu que se classificasse os 53 *referees* entrevistados em função de suas inserções respectivas no mundo acadêmico (ver Tabela 9). Cerca de 26.4% ou 14 possuem baixa inserção; 32.1% ou 17 têm moderada inserção; 30.2% ou 16 desfrutam de média inserção e apenas 11.3% ou 6 podem ser considerados como desfrutando de alta inserção.

A pequena ênfase dada a envolvimento no exterior assume que o Brasil é um país periférico e um produtor residual de conhecimento científico. Há indicações que são consistentes com esta posição adotada, quando se considera o Brasil país igualmente

dotado de limitada capacitação tecnológica e científica. Assim sendo, seria indicativo de inserção a participação em eventos e atividades de manutenção de relações com os centros da comunidade científica, que são exatamente os grandes produtores de conhecimento. De qualquer forma, a amostra indica um grupo inegavelmente diferenciado para o país, se considerarmos que 11.3% tem elevada inserção e 30.2% inserção média. As duas modalidades de inserção, média e alta atingem 41.5% da amostra, o que não deixa de ser surpreendente.

A Tabela 10, relativa aos países através dos quais se efetua a inserção dos *referees* da amostra com a comunidade acadêmica internacional não surpreende pelo primeiro lugar ser ocupado pelos Estados Unidos. Todavia, se considerarmos que pelo menos 80% da produção de conhecimento em administração é de origem norte-americana, a segunda posição ser ocupada pela França, não deixa de causar certa surpresa. A seguir temos Inglaterra e Canadá, quase que com a mesma frequência, e residualmente Itália, Portugal e Espanha, restando o número de 20 para outros países.

A posição da França deve-se ao fato de ter sido até recentemente a cultura que mais influenciou a formação em ciências sociais, filosofia e história em nosso país. O impacto francês no Brasil se efetuiu através da Universidade de São Paulo, e teve um efeito multiplicador que se estendeu por quase todo o país. Foi apenas no final da década de 60 que brasileiros passaram a incluir os Estados Unidos no mapa das ciências sociais. Dada a proximidade que diversas áreas funcionais de administração, e especialmente Organizações e Administração Pública, têm com as ciências sociais, é compreensível que o impacto da França ainda se faça sentir nos dias atuais.

Tabela 10
Perfil dos *Referees*:
Países com Inserção Acadêmica

Países	Frequência	%
Estados Unidos	40	75,5
França	23	43,4
Inglaterra	14	26,4
Canadá	13	24,5
Espanha	5	9,4
Portugal	4	7,5
Itália	2	3,8
Outros	20	37,7

4.1.d. Formação dos *referees*

Por fim, a formação dos *referees* indica que cursos de graduação foram realizados exclusivamente no país (ver Tabela 11). Já a mesma tendência não se mantém com relação aos estudos de pós graduação e pós doutorados. Os mestrados foram realizados predominantemente no país, mas cerca de um terço fez o seu mestrado no exterior. Já no doutorado o que temos é 46.8% no país e 53.2% no exterior. Porém quando se chega a opção do doutorado “sandwich” todos os que optaram por “sanduichar” seus doutorados resolveram que a “outra” universidade seria estrangeira. Para o pós doutorado 80% foram para o exterior e apenas 20% optaram por realizar atividades de pós doutorado no país.

Estes dados estão a indicar que ainda há claros vestígios de um passado, não muito distante, em que cursos de pós graduação eram necessariamente feitos no exterior. A partir da década de setenta começa-se a implementar a política de “substituição de importações” na área de titulação acadêmica. Isto reflete uma política, iniciada após o final da Segunda Guerra Mundial, de que o Brasil deveria enviar seus professores

universitários para centros de vanguarda localizados nos países centrais. Foi a época em que se criou o CNPq e a CAPES como organizações que deveriam implementar a política de formação de pessoal de nível superior no exterior.

Tabela 11

**Perfil dos *Referees*:
Formação**

Graduação	Frequência	%
Brasil	50	94,3
Exterior	3	5,7
Total	53	100,0

Mestrado	Frequência	%
Brasil	33	67,3
Exterior	16	32,7
Total	49	100,0

Doutorado <i>sandwich</i>	Frequência	%
Brasil		
Exterior	3	100,0
Total	3	100,0

Doutorado	Frequência	%
Brasil	22	46,8
Exterior	25	53,2
Total	47	100,0

Pós-doutorado	Frequência	%
Brasil	2	20,0
Exterior	8	80,0
Total	10	100,0

A partir da década de setenta o país investe maciçamente na criação de sua pós graduação *stricto sensu*, decidindo-se, após a Reforma Universitária de 1968, a instalação de programas de mestrado e doutorado. Todos estes eventos e decisões passados estão refletidos na formação dos *referees* e ainda indicam que os integrantes da amostra nutrem um sentimento de que é necessário ir nalgum momento a centros localizados nos países que são os maiores produtores de conhecimento da área a fim de se manterem atualizados.

Os países de formação dos *referees* da amostra indicam mescla, mas já com claro predomínio de formação no país. A situação seria diferente, não só para a área de administração, mas para outras áreas de conhecimento, se esta pesquisa fosse feita dez ou quinze anos atrás, quando a probabilidade aumentaria de que encontrássemos pessoas com formação de mestrado e doutorado no exterior. Isto também serve como indicativo da idade e fase da carreira em que os *referees* se encontram. São profissionais “seniors”, possivelmente entre 40 e 50 anos na sua maioria.

Elemento importante para a determinação das inserções é o relacionamento que se estabelece em função de programas de mestrado e doutorado feitos no exterior. Algumas relações também resultam de permanências no exterior a título de “visiting scholar”, o que é propiciado por iniciativas individuais e atualmente, de maneira crescente, através de convênios ou outras formas de associação entre instituições.

4.2. O processo de avaliação

Além de traçar um retrato do universo de *referees* brasileiros, a Pesquisa de Campo procurou também levantar algumas características do processo de avaliação de trabalhos científicos. Estas características são tratadas a seguir.

4.2.a. Conhecimento da identidade do autor e da instituição

O sistema de *blind review* é universalmente aceito como o mais adequado para a avaliação de trabalhos científicos. Tal sistema permite um grau maior de neutralidade na apreciação realizada pelos *referees*.

Tal sistema, entretanto, não pode ser considerado perfeito. A identidade do autor e da instituição podem se revelar ao *referee* de diversas maneiras. Uma destas maneiras se dá quando o autor referencia trabalhos passados de sua autoria. Outra maneira é a identificação do autor pelo estilo ou pelo tema tratado, o que pode ser comum com autores já conhecidos da comunidade científica.

No Brasil, o reduzido tamanho da comunidade científica em administração e o pequeno volume de publicações aumenta a probabilidade destas imperfeições ocorrerem. Além disso, há de se considerar que nem todas as publicações e *outlets* adotam o sistema de *blind review*. A Tabela 12 reflete esta situação, mostrando que 1 de cada 5 *referees* “frequentemente conhecem” ou “sempre conhecem” a identidade do autor / instituição.

Este resultado é ratificado pelas Tabelas 13 e 14. A Tabela 13 mostra que 26,4% dos *referees* conheciam e 22,6 tinham alguma idéia da identidade do autor/instituição do trabalho sendo avaliado. A Tabela 14 mostra índices relativamente mais baixos, 15,1% e 18,9%, para o pior trabalho analisado no mesmo período.

Tabela 12**Conhecimento da Identidade do Autor e da Instituição**

Identidade Autor	Frequência	%
Nunca conhece	15	28,3
Raramente conhece	27	50,9
Frequentemente conhece	10	18,9
Sempre conhece	1	1,9
Nº de <i>Referees</i>	53	100,0

Tabela 13**Conhecimento da Identidade do Autor e da Instituição (Melhor Trabalho)**

Conhecimento	Frequência	%
Sabia	14	26,4
Talvez	12	22,6
Não Sabia	27	50,9
Nº de <i>Referees</i>	53	100,0

Tabela 14**Conhecimento da Identidade do Autor e da Instituição (Pior Trabalho)**

Processo Avaliação	Frequência	%
Sabia	8	15,1
Talvez	10	18,9
Não Sabia	35	66,0
Nº de <i>Referees</i>	53	100,0

4.2.b. Publicação ou apresentação

As Tabelas 15 e 16 mostram se os trabalhos analisados pelos entrevistados foram ou não publicados ou apresentados. Elas referem-se ao melhor (Tabela 15) e ao pior (Tabela 16) trabalho analisado pelos *referees* nos últimos 2 anos.

Tabela 15

**Publicação ou Apresentação
(Melhor Trabalho)**

Publicação ou Apresentação	Frequência	%
Sim	49	92,5
Não	1	1,9
Não sabe	3	5,7
Nº de <i>Referees</i>	53	100,0

Tabela 16

**Publicação ou Apresentação
(Pior Trabalho)**

Publicação ou Apresentação	Frequência	%
Sim	4	7,5
Não	45	84,9
Não sabe	4	7,5
Nº de <i>Referees</i>	53	100,0

Com seria de se esperar, existe consistência entre a opinião do entrevistado, quanto à eleição do melhor e do pior trabalho, e o índice de “publicação/apresentação”. Os “melhores” trabalhos são quase sempre publicados. Inversamente, os “piores trabalhos” são geralmente recusados.

Digno de nota é o índice relativamente alto de publicação/apresentação alcançado pelos “piores trabalhos” (7.5%). Este índice pode dever-se tanto à heterogeneidade de critérios de julgamento entre *referees* (teríamos neste caso que outros *referees* tivessem aprovado o trabalho), quanto a uma baixa seletividade das publicações e *outlets* (que teriam eventualmente publicado ou permitido a apresentação do trabalho apesar de pelo menos um avaliador tê-lo considerado não qualificado).

4.2.c. Relação do *referee* com o tema

Uma premissa do sistema de avaliação por pares, geralmente associado ao sistema de *blind review*, é que os avaliadores tenham visão ampla do campo no qual o trabalho avaliado insere-se e conhecimento razoável sobre o tema tratado.

As Tabelas 17 e 18, respectivamente sobre o “melhor” e o “pior” trabalho avaliado pelo entrevistado nos últimos 2 anos revela que, com uma frequência além do aceitável, esta condição não é atendida.

Tabela 17

**Relação do *Referee* com o Tema
(Melhor Trabalho)**

Conhecimento Tema	Frequência	%
Alto	34	64,2
Médio	16	30,2
Baixo	3	5,7
Nº de <i>Referees</i>	53	100,0

Tabela 18**Relação do *Referee* com o Tema
(Pior Trabalho)**

Conhecimento Tema	Freqüência	%
Alto	31	58,5
Médio	18	34,0
Baixo	4	7,5
Nº de <i>Referees</i>	53	100,0

Tal situação, pode-se supor, deve-se ao desenvolvimento ainda insuficiente do campo, o que resulta tanto em um número reduzido de *referees* quanto em uma qualificação global insuficiente para fazer frente ao grau de variedade dos trabalhos a serem avaliados. Esta condição pode levar muitos *referees* a analisar trabalhos distantes de suas áreas de domínio.

4.3. Critérios prescritos pelos *referees*

Por fim, a Pesquisa de Campo levantou nas entrevistas quais os critérios que os *referees* brasileiros prescrevem na avaliação da produção científica em administração no Brasil, bem como o nível de homogeneidade dessa prescrição *entre* eles. Tais resultados são mostrados a seguir.

4.3.a. Critérios prescritos

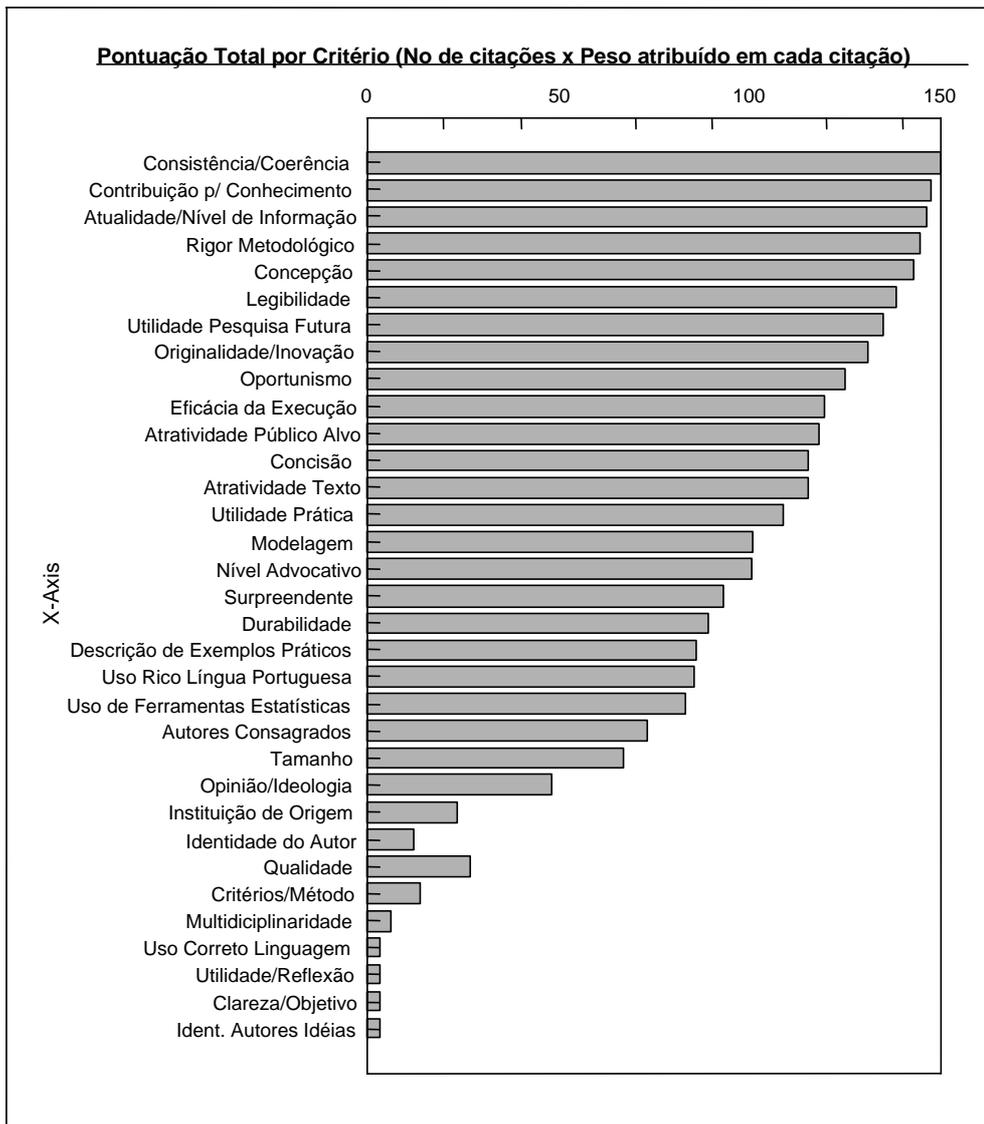
Para classificar os critérios prescritos, tomamos primeiro as respostas da Questão 22, que pedia a cada *referee* que ponderasse, a partir de uma lista de critérios pré-listados, qual a importância que atribuía a cada um daqueles requisitos ao julgar

trabalhos. O *referee* podia atribuir a cada critério a classificação de importância alta, média, baixa, ou nenhuma.

A lista de critérios utilizada nesta fase induzida da pesquisa foi gerada a partir do *Modelo de Requisitos*, com a adição intencional de alguns “não critérios” (“uso rico da língua portuguesa”, “citação autores consagrados” etc.).

Deu-se três pontos a cada atribuição de “alta importância” a cada critério na lista; a uma atribuição de “média importância”, dois pontos; para “baixa importância”, um ponto; e, por fim, para “nenhuma importância”, nenhum ponto. Depois, foram somados os pontos de cada critério nos 53 *referees* respondentes. O resultado pode ser visto na Figura 4.

Figura 4

Classificação Geral dos Critérios Prescritos pelos *Referees*

Essa classificação revela a importância de cada critério para a *maioria* dos *referees*. Ou seja, quanto maior a pontuação, mais vezes o critério deve ter sido apontado, e com maior importância, para mais *referees*. Como ilustra o gráfico, os critérios mais pontuados são, na ordem: (1) consistência/coerência; (2) contribuição para o conhecimento; (3) atualidade/nível de informação; (4) rigor metodológico; e (5) concepção.

Entretanto, a simples hierarquização desses critérios pelo número de citações pode não ser suficiente para entender os fatores de avaliação efetivamente prescritos e utilizados pelos nossos *referees*. Primeiro, porque no levantamento de campo repetiu-se o que vimos na pesquisa exploratória (na primeira etapa do estudo): embora muitos docentes cite *nominalmente* alguns critérios, o significado que atribuem a eles tende a variar significativamente. Segundo, porque a pontuação geral pode não mostrar como, na amostra pesquisada (tal como na pesquisa exploratória), há baixa homogeneidade na prescrição de critérios entre os *referees*: ou seja, os *referees* tendem a não apresentar concordância significativa quanto a que critérios devem ser usados e quais critérios são os mais importantes. A questão da homogeneidade na prescrição de critérios será tratada a seguir.

4.3.b. Nível de homogeneidade na prescrição de critérios entre os *referees*

Para analisar o nível de consenso entre os *referees* na prescrição de critérios, foi criada uma *escala de homogeneidade* para os critérios prescritos nas entrevistas. A criação de tal escala foi necessária porque se entendeu que não bastaria um critério ser citado por todos – ou por grande parte de – os *referees* para sua prescrição ser homogênea: seria necessário que a maior parte o *indicasse* mais fortemente do que outros critérios apresentados, ou que a maioria o *contra-indicasse* mais veementemente do que os critérios alternativos. Quer dizer: entendeu-se que a homogeneidade na prescrição deve ser medida tanto em termos da sua adoção quanto de sua rejeição.

Para chegar a essa escala, adotou-se o seguinte método: primeiro, tomou-se a mesma pontuação de importância (alta, média, baixa ou nenhuma) que os *referees* assinalaram na Questão 22. Depois, foi feita uma contagem de quantos *referees* deram a mesma nota (indiferente de ser tal nota baixa ou alta) para cada critério. Finalmente, estipulou-se então que um critério que recebesse a mesma nota por mais de 60% dos *referees* apresentaria *alta* homogeneidade; aquele que fosse prescrito com mesma nota por 50 a 59% dos *referees*, teria *média* homogeneidade; já o critério prescrito com mesma nota por 40 a 49% dos *referees* seria entendido com um de *baixa* homogeneidade; e, por fim, o critério que tivesse menos de 40% dos *referees* assinalando a mesma nota teria *baixíssima* homogeneidade.

Os resultados dessa análise de homogeneidade revelam que, no geral, é baixa a homogeneidade na prescrição de critérios pelos *referees* da amostra, indicando que há pouco consenso quanto a como se deve avaliar produção científica no campo, e que a tendência é que cada *referee* privilegie os critérios de sua preferência (ver Tabela 19).

Tabela 19

Homogeneidade na Prescrição de Critérios entre *Referees* - Resultado Geral

Class.	Homogeneidade na importância dos critérios	Nº de Critérios	%
> 59%	Alta	8	30,8
59 a 50	Média	4	15,4
49 a 40	Baixa	8	30,8
< 40%	Baixíssima	6	23,1
	Total	26	100

Os números indicam que apenas 30% dos critérios apresentam alta homogeneidade, sendo que quase 55% dos critérios apresentou baixa ou baixíssima homogeneidade

entre os *referees*. De forma geral, isso reforça a conjectura de que, no Brasil, o campo está ainda embrionário, e os *referees* que atuam como “gatekeepers” tendem “cada um a usar o que quer” para filtrar e selecionar aquilo que será divulgado como produção científica.

O nível de homogeneidade na prescrição de critérios foi também ponderado em relação a (i) a área temática dos *referees*; (ii) o nível de inserção (no mundo acadêmico exterior) dos *referees*; e (iii) o nível de experiência (como *referees*) dos docentes.

Homogeneidade x área temática

Quando cruzamos o nível de homogeneidade na prescrição de critérios entre os *referees* com as suas áreas temáticas, percebe-se que o nível de homogeneidade dentro de cada área temática tende a ser maior do que o nível de homogeneidade encontrado no total da amostra. Como mostra a Tabela 20, a proporção de critérios com alta e média homogeneidade entre os *referees* tende a ser muito maior dentro de cada área temática do que a proporção de critérios com baixa ou baixíssima homogeneidade. Tal resultado poderia indicar que, no Brasil, a formação de embrionários “mainstreams” (ou seja, consensos quanto aquilo que é boa ou má produção científica) tende a ocorrer primeiro dentro de cada área temática, muito antes de que a sua ocorrência no campo de administração como um todo, onde a homogeneidade ainda é pequena.

Tabela 20

Homogeneidade na Prescrição de Critérios entre Referees - por Área Temática

Pontos	Homog.	Finanças		Organizações		RH		Outros		Marketing		Produção	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
> 59%	Alta	9	34,6	9	34,6	13	50,0	11	42,3	7	26,9	14	53,8
59 a 50	Média	7	26,9	12	46,2	12	46,2	3	11,5	9	34,6	7	26,9
49 a 40	Baixa	9	34,6	4	15,4	0	0,0	7	26,9	5	19,2	0	0,0
< 40%	Baixíssima	1	3,8	1	3,8	1	3,8	5	19,2	5	19,2	5	19,2
	Total	26	100,00	26	100,0	26	100,0	26	100,0	26	100,0	26	100,0

Embora a amostra analisada em cada área temática seja insuficiente para estender maiores conclusões sobre o nível de homogeneidade comparado entre cada área, pode-se sugerir como hipótese para futuros estudos que tais “mainstreams” ou níveis elevados de homogeneidade de prescrição de critérios sejam mais consolidados em algumas áreas temáticas do que em outras na academia brasileira de administração.

Homogeneidade x nível de inserção (no mundo acadêmico exterior)

Já ao cruzar o nível de homogeneidade com o nível de inserção dos referees (ver seção IV.4.1.c), vemos que o nível de homogeneidade é maior entre os *referees* de maior nível de inserção do que entre aqueles com menor penetração no mundo acadêmico exterior (ver Tabela 21).

Tabela 21**Homogeneidade na Prescrição de Critérios entre Referees - por Nível de Inserção**

Pontos	Homog.	Baixa		Moderada		Média		Alta	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
> 59%	Alta	10	38,5	10	38,5	12	46,2	16	61,5
59 a 50	Média	7	26,9	6	23,1	7	26,9	7	26,9
49 a 40	Baixa	5	19,2	7	26,9	5	19,2	0	0,0
< 40%	Baixíssima	4	15,4	3	11,5	2	7,7	3	11,5
Total		26	100,0	26	100,0	26	100,0	26	100,0

Como mostra a Tabela 21 (acima), o nível de homogeneidade realmente cresce com o nível de inserção dos *referees*. Um motivo provável para essa tendência é que, quanto maior o nível de inserção dos *referees*, maior deve ser o nível em que eles incorporam critérios do “mainstream” dos países hegemônicos, o que aumentaria a homogeneidade entre os critérios que prescrevem.

Homogeneidade x nível de experiência

E, finalmente, ao cruzar o nível de homogeneidade com o nível de experiência (enquanto *referee*) dos avaliadores (ver seção IV.4.1.b), nota-se que a homogeneidade na prescrição de critérios entre *referees* não aumentou em função do nível de experiência de cada indivíduo enquanto *referee* (ver Tabela 22).

Tabela 22**Homogeneidade na Prescrição de Critérios entre Referees - por Experiência**

Pontos	Homog.	Inexperiente		Pouco exp.		Experiente		Muito experiente	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
> 59%	Alta	11	42,3	9	34,6	12	46,2	12	46,2
59 a 50	Média	8	30,8	7	26,9	3	11,5	6	23,1
49 a 40	Baixa	6	23,1	5	19,2	11	42,3	4	15,4
< 40%	Baixíssima	1	3,8	5	19,2	0	0,0	4	15,4
Total		26	100,0	26	100,0	26	100,0	26	100,0

Os dados obtidos mostram alta homogeneidade tanto entre os *referees* inexperientes quanto entre os muito experientes, com níveis médios de homogeneidade entre os *referees* pouco experientes e experientes. Na verdade, tais resultados são compatíveis com um campo fragmentado e pouco consolidado como é o de Administração no Brasil, onde cada *referee* parece seguir suas próprias convicções.

Uma possível explicação – que pode ser testada em futuras pesquisas – para o resultado curvilíneo da relação entre experiência e homogeneidade de critérios pode ser justamente a de *trajetórias pessoais* dos indivíduos nesse campo fragmentado: nesse tipo de explicação, poder-se-ia conjecturar que, ao começar a atuar como “gatekeeper” no campo (*referee* inexperiente), o indivíduo tenda a usar critérios consagrados do campo, tal como prescritos em países e *outlets* hegemônicos. À medida que ganha experiência, e sem a resistência e pressão para convergência que um “mainstream” produziria, o indivíduo passa a usar critérios próprios, derivados de sua experiência pessoal; e, por fim, ao ganhar larga experiência, pode-se presumir que a convergência e isomorfismo tenda a ocorrer pelo maior nível de inserção do *referee* no meio acadêmico local.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

De forma geral, a **Pesquisa de Campo** revelou um perfil abrangente do processo, dos critérios e dos agentes (*referees*) de avaliação de produção científica em Administração no Brasil. Quanto ao **perfil do nosso referee**, a julgar pela amostra, os *referees* brasileiros são docentes experientes, com dez anos ou mais como *referees*, embora haja indicação de renovação nesse quadro. Sua formação é bem diversificada, mas tende a haver predomínio crescente de educação no país. Dentro do ensino e pesquisa em Administração, a maioria atua nas áreas temáticas de “humanas”, incluindo Organizações, Recursos Humanos e correlatos. No geral, nossos *referees* têm inserção pouco significativa com o mundo acadêmico fora do país, restringindo-se a uma participação marginal ou de espectador. Este baixo nível

de inserção, cabe lembrar (ver revisão teórica), é condizente com o papel pouco significativo da pesquisa brasileira no desenvolvimento científico do campo, e deve explicar o baixo nível de consenso sobre o que é ou não uma contribuição científica significativa em Administração em nosso meio. No que tange ao **processo de avaliação de trabalhos**, o levantamento empírico com nossos *referees* indicou que, no Brasil, a avaliação nem sempre segue protocolos mínimos de qualidade. Há diversas indicações dessa situação; por exemplo: apesar da prática de *blind review* ser requisito básico para a avaliação de trabalhos em qualquer campo do conhecimento, quase a metade dos nossos *referees* admitiu conhecer (26,4%) ou ter alguma idéia (22,6%) da identidade do autor do melhor trabalho analisado nos últimos 2 anos. Outros exemplos incluem o fato de que quase 1 dentre 10 dos *piores* trabalhos avaliados acabaram sendo publicados, e de que boa parte dos trabalhos tidos como insuficientes foram examinados por *referees* que admitiram não ter bom conhecimento do tema.

A Pesquisa de Campo também corroborou diversas conjecturas que foram levantadas já na primeira etapa do estudo, nas Pesquisas Bibliográfica e Exploratória. Por um lado, o levantamento empírico corroborou a suspeita de que, no Brasil, há uma grande heterogeneidade nos critérios prescritos por nossos pesquisadores, bem como no significado dado a esses critérios. Por outro lado, a pesquisa também evidenciou a prescrição de muitos dos critérios antevistos no Modelo de Requisitos, porém de uma forma e numa proporção que contrastam com a realidade que percebemos no campo de Administração no Brasil. A análise desses dois pontos – heterogeneidade e a contradição com nossa realidade – merece certo aprofundamento.

5.1. A heterogeneidade do campo

Embora já suspeitássemos desde a pesquisa exploratória que nossos *referees* tenderiam a mostrar baixo consenso sobre o que é ou não boa produção científica em

Administração, o baixo nível de homogeneidade é digno de menção. A Pesquisa de Campo mostrou que o nível de heterogeneidade tende a cair dentro de cada área temática.

A tendência ao aumento da homogeneidade entre as diversas áreas pode significar que estejamos testemunhando o desabrochar de “mainstreams” em cada uma delas. Isto reforça as afirmações de que administração como área de conhecimento é pelo menos muito problemática, talvez impossível, dada a diversidade de problemas, de disciplinas científicas cujos conceitos e teorias são utilizadas como variáveis em cada uma das áreas e portanto da própria maneira como cada área entende o que é relevante para a consolidação ou coerência científica da própria área. Se esta constatação pode ser desapontadora para quem acalenta a esperança de uma “ciência geral” da administração, por outro lado ela pode ser mais fecunda se atentarmos que dada a impossibilidade de uma “ciência geral”, resta a possibilidade de que nas diversas áreas é possível construir teoria com alguma consistência. Na verdade a diversidade poderia nos conduzir a pensar que as áreas onde se espera o desenvolvimento de uma ciência de tipo “normal”, fazendo uso de metodologias de cunho realista e inspiradas no neo-positivismo lógico, apresentasse maior homogeneidade. Isto nos deveria levar a buscar em Produção/Operações e Finanças homogeneidade maior do que a encontrada em Recursos Humanos, Marketing e Organizações. A área de Produção/Operações é a de maior homogeneidade (honras sejam prestadas à engenharia e aos engenheiros), porém o fato de Finanças e Recursos Humanos escaparem ao previsto é uma surpresa. Em Finanças dever-se-ia esperar homogeneidade, que não é tão alta, e em Recursos Humanos, a expectativa seria de baixa homogeneidade, que não ocorreu, sendo a segunda em ordem de homogeneidade, imediatamente após Produção/Operações. Possíveis explicações aqui só se ficarem a conta de conjecturas, pois os dados não nos permitem fazê-lo. A homogeneidade de RH pode ser imputada a um aumento da convergência sobre o que deva ser a área e quais as questões que devem ocupar a área. As transformações que abalaram a área, especialmente a perda para outros setores, especialmente Sistemas e Métodos, daquilo que no passado era Administração do Pessoal, e a

redução de boa parte dos serviços que no passado eram ligados a RH e que foram objeto de terceirização levou a um estreitamento da área e também a um aumento de foco. Já a falta de homogeneidade esperada para a área financeira pode ser devida ao inverso do que ocorreu com RH. Finanças passou a ocupar-se de mais coisas do que fazia no passado. É possível que o aumento da importância do mercado financeiro e do acionista, como um “stakeholder”, levaram a área financeira a desenvolver uma dimensão de gestão estratégica que não existia no passado. O aumento da importância de conceitos como “geração”, “criação” ou “maximização” de valor para o acionista, que passaram a ser centrais em gestão financeira, obrigou a área a enveredar por áreas organizacionais e comportamentais, que embora enriqueçam a área, acabam por torná-la conceitual e cientificamente menos homogênea. Certamente a parte da teoria financeira que lida com conceitos advindos da teoria econômica, se considerada em separado, apresentaria nível de homogeneidade maior.

Por outro lado, a pesquisa mostrou que a heterogeneidade tende a cair também na medida em que aumenta o nível de inserção do *referee* no mundo acadêmico exterior, e tal tendência não parece ter ligação direta com a experiência do *referee*: assim, a baixa homogeneidade no campo deve estar também vinculada à limitada inserção da maioria de nossos docentes com a produção – ou com a avaliação – de conhecimento em âmbito internacional.

Uma explicação possível para essa heterogeneidade está na análise das condições sociais em que vem ocorrendo a produção científica em administração no país. Pela idade média dos *referees*, pode-se dizer que estas pessoas participaram ativamente do momento em que se iniciou e tentou consolidar uma pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. As regras sempre foram claras e o que determinou a estrutura e o funcionamento desse tipo de pós-graduação no Brasil foram as áreas de exatas, geociências e biológicas. Estas áreas se enquadram no paradigma da ciência normal e tiveram inegável impacto também na área de administração, mesmo que o paradigma de uma “ciência normal” fosse recusado por muitos na área. A razão era

simples: critérios, verbas, sistemas de avaliação eram hegemonicamente estabelecidos e administração não era parte do condomínio hegemônico. Conseqüentemente, permaneciam as regras de que era necessário ensinar e pesquisar e a produção científica docente e discente deveria seguir o traçado de “linhas de pesquisa”. O volume de produção era elemento crítico na legitimação e na consolidação dos programas. Acreditamos poder afirmar que, numa fase inicial do campo de administração no país, que coincidia também com a fase de início e esforço de consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, se tenha adotado comportamento mais leniente quando se atuava como *referee* e também em bancas de teses de mestrado e doutorado. Não se trata de criticar ou emitir qualquer juízo valorativo, mas é simplesmente o reconhecimento de uma situação que existiu na área. Por outro lado, a obtenção de material para ser publicado nem sempre foi fácil para editores de revistas de administração no Brasil. Sem citar periódicos e editores presentes e passados, não há como deixar de reconhecer que não raro não só não havia nenhum “backlog” de material em fila para publicação, como faltavam elementos para poder cumprir com os cronogramas que asseguravam a pontualidade das publicações. Por fim, deve-se adicionar a todo este contexto a – universalmente congênita – fragilidade da área de administração, nova e cientificamente imatura. Todas estas foram circunstâncias que seguramente podem ajudar a explicar o comportamento de *referees*.

Entretanto, se tais comportamentos passados deixaram traços no campo e nos seus “*gatekeepers*”, não significa que devam perpetuar-se. Como foram gerados por certas circunstâncias, eles poderão também alterar-se e vir a gerar procedimentos mais rigorosos.

5.2. Contradição e idealizações

Mas, apesar de apresentar baixo consenso quanto a que critérios são mais importantes, e de mostrar baixa homogeneidade no *significado* atribuído a esses

critérios, nossos *referees* citaram com frequência muitos dos critérios hegemônicos revistos quando discutíamos o *Modelo de Requisitos*. Se contrastarmos, por um lado, as muitas prescrições feitas que focam **conteúdo** ao invés de forma, ou **rigor científico** ao invés de pertinência/praticidade, e por outro, a realidade da produção nacional (discutida na revisão teórica), uma clara contradição emerge das prescrições de nossos *referees*.

Se tomássemos rigorosamente como verdade o uso de muitos dos critérios que boa parte de nossos *referees* afirmam utilizar, teríamos no Brasil um campo de administração que avaliaria sua produção por critérios primordialmente *cientificistas*, ao invés de *gerencialistas*, e por padrões mais *rigorosos* do que *permissivos*. De fato, teríamos critérios comparáveis à maioria dos centros mais desenvolvidos. Ora, sendo tais critérios utilizados como chave para o *gatekeeping* da veiculação de produção científica no nosso país, o resultado lógico é que teríamos uma produção de perfil equivalente aqueles países.

Não parece ser preciso, por tudo o que já foi discutido neste trabalho (ver Revisão Teórica), argumentar extensivamente que, no mundo real, não parece ser esse o nosso caso. Nossa produção científica é praticamente insignificante em relação a países hegemônicos *inclusive porque não guarda vínculo com os padrões daquela de países hegemônicos, e porque seu nível de qualidade é entendido como sofrível para tais padrões*. Além disso, da produção científica brasileira que chega a ser veiculada naqueles países, seu nível de significância é reduzido, se tomados indicadores consagrados, como por exemplo, o número de citações que produzem. E, por fim, os *referees* de nossos *outlets* têm pequena ou nenhuma vinculação com os principais *outlets* de pesquisa no mundo (como já demonstrado na análise do “nível de inserção”), sendo praticamente nula a participação brasileira em comitês editoriais de publicações de primeira linha.

Como explicar essa diferença entre o campo de produção científica que as respostas da pesquisa projetam e aquele que de fato encontramos na realidade? Uma

explicação possível é que muitos dos *referees* pesquisados podem ter afirmado usar certos critérios que, na realidade, não utilizam. É plausível, nesse sentido, que o indivíduo colocado nessa situação tenda – consciente ou inconscientemente – a: (i) buscar *sentido retrospectivo* – *retrospective sensemaking*³¹ – em suas ações, seja como mecanismo de defesa para proteger a sua própria auto-imagem, ou como processo de legitimação em relação a seus pares; ou (ii) engajar-se em comportamento de *idealização*, respondendo mais àquilo que acha que *deveria fazer* (e não necessariamente o que faz), ou aquilo que entende ser o *que se espera ouvir*.

Se de fato esse tipo de processo idealizante ocorre, pode ser positivo, por exemplo, ao indicar o desejo de edificação de um campo melhor; ou pode ser negativo, como um mecanismo de fuga ou negação que apenas retarda o desenvolvimento do campo. Nesse sentido, em muitos casos, os critérios prescritos podem revelar menos do perfil médio do *referee* brasileiro, e mais do seu alter-ego.

V. CONCLUSÕES

Neste capítulo final apresentamos nossas derradeiras reflexões e comentários sobre a pesquisa realizada. O capítulo está estruturado da seguinte forma:

A primeira seção apresenta uma síntese do trabalho, ressaltando os pontos que consideramos essenciais.

A segunda seção apropria-se da parábola da Torre de Babel para comentar o “estado das coisas” no campo da administração no Brasil. É enfatizada, ao final, a necessidade de adoção de um “projeto comum” para fazer avançar entre nós este campo científico.

³¹ Weick, K. *Sensemaking in Organizations*. Newbury Park: Sage, 1996.

1. SÍNTESE

Neste trabalho nos propusemos a investigar a questão dos critérios de avaliação de produção científica em periódicos e congressos em administração de empresas no Brasil. Nossos objetivos foram:

- primeiramente, discutir e propor um arcabouço básico de critérios que possam ser utilizados genericamente para avaliar a produção científica em administração no Brasil; e
- secundamente, investigar que critérios são de fato utilizados para a avaliação da produção científica no Brasil.

No **Capítulo I** comentamos a relevância da questão dos critérios de avaliação, dado que a existência de uma produção científica de qualidade implica na definição e utilização de tais critérios. Advogamos que a definição e o estabelecimento de critérios de produção científica é decisiva para a melhoria da qualidade – hoje bastante questionável – da produção nacional em administração e poderá contribuir para que a fragilidade científica da área possa ser superada, ou pelo menos amenizada.

Nossas premissas foram que a falta de critérios claramente definidos e praticados: (a) leva a seleções heterogêneas, apoiadas em fatores *personais* de julgamento; e (b) conduz a uma heterogeneidade (em termos de qualidade) quanto à oferta de trabalhos.

Para construir uma *pano de fundo* para a pesquisa, no **Capítulo II** apresentamos uma breve discussão teórica sobre o tema. Tratamos aí das seguintes questões: *o que é produção de conhecimento e o que é produção científica*. Discutimos também os conceitos de “ciência normal” e “paradigmas”. Em seguida apresentamos sumários de dois fóruns americanos que trataram o tema.

Esboçamos ao final do capítulo um primeiro retrato da situação no Brasil, constituído a partir de trabalhos publicados sobre o tema e das observações dos próprios autores. Este quadro revela-se complexo e multifacetado, destacando-se os seguintes pontos: (a) a distância que nos separa dos centros desenvolvidos; e (b) a necessidade de aprofundar discussões em torno da qualidade da nossa produção acadêmica.

No **Capítulo III** mostramos objetivos, metodologia e resultados da Pesquisa Exploratória, que envolveu levantamentos em periódicos nacionais e estrangeiros e entrevistas com 10 “notáveis” do campo da administração no Brasil.

Os resultados foram discutidos no final do capítulo. Quanto aos periódicos, assinalamos que: (a) todos adotam critérios de seleção; e (b) o fazem através de declarações de missão e listas de requisitos. Quanto às entrevistas, ressaltamos: (a) o baixo consenso quanto aos critérios de avaliação; (b) o baixo consenso sobre a ênfase que deve ser dada a cada critério; e (c) o baixo consenso quanto ao significado atribuído a cada critério.

Realizamos, então, um esforço de sistematização e propusemos um *Modelo de Requisitos*. Este modelo baseia-se em duas premissas: (a) que existe um conjunto de critérios genéricos que pode ser usado para avaliar a pesquisa produzida no Brasil; e (b) que é preciso relativizar estes critérios quanto à ênfase e ao sentido, para que haja adequação ao veículo e à linha epistemológica seguida.

No **Capítulo IV** mostramos objetivos, metodologia e resultados da Pesquisa de Campo, que envolveu entrevistas com 53 *referees* do campo de administração de empresas no Brasil.

Os dados coletados nas entrevistas permitiram traçar um perfil do *referee* brasileiro. Quase todos fizeram a graduação no Brasil, cerca de dois terços fizeram o mestrado fora do país e mais da metade fez o doutorado no exterior. São em grande parte

profissionais experientes, sendo que quase metade dos entrevistados tem mais de 10 anos de atuação como *referee*. A maioria dos *referees* entrevistados trabalha na região sudeste. Quanto à inserção com o mundo acadêmico fora do país, ela é considerável, embora apenas uma minoria tenha um grau de inserção alto. Esta inserção ocorre principalmente com os Estados Unidos, a França, a Inglaterra e o Canadá.

Neste capítulo discutimos também o processo de avaliação de trabalhos. Os seguintes aspectos foram ressaltados: (a) que, com alguma frequência, o *referee* conhece a identidade do autor e/ou da instituição, mostrando que o sistema de *blind review* ou ainda não é completamente praticado no Brasil ou possui imperfeições; (b) que ocorre a publicação, ainda que em casos isolados, de trabalhos que foram classificados pelos *referees* como “os piores” analisados nos últimos 2 anos; e (c) que uma prática infelizmente comum entre nossos *referees* é analisar trabalhos fora de sua área de competência.

A pesquisa tratou ainda dos critérios prescritos, indicando que: (a) existe baixa homogeneidade na prescrição entre os *referees*; (b) o nível de homogeneidade dentro de cada área temática tende a ser maior do que o nível de homogeneidade encontrado no total da amostra; (c) o nível de homogeneidade é maior entre os *referees* de maior nível de inserção do que entre aqueles com menor penetração no mundo acadêmico exterior; e (d) a homogeneidade na prescrição de critérios entre *referees* não aumenta em função do nível de experiência de cada indivíduo enquanto *referee*.

Os resultados discutidos no final do Capítulo IV confirmaram nossa premissa que, no Brasil, há uma grande heterogeneidade nos critérios prescritos por nossos pesquisadores. Além disso, os resultados levam à constatação de um desconcertante distanciamento entre os resultados (critérios que os *referees* afirmam empregar) e a prática (panorama da produção científica brasileira no campo da administração).

2. TORRE DE BABEL

Em trabalho recente, Gibson Burrell³² analisa o "estado das coisas" no campo da análise organizacional. Para refletir a condição de desagregação (não necessariamente negativa) nesta área de pesquisa, o autor retoma a história da Torre de Babel. A tomamos aqui emprestada para um fim semelhante.

A história da Torre de Babel é muitas vezes utilizada para explicar a origem das diferentes línguas faladas pela humanidade. O objetivo dos construtores era fazer um templo tão alto quanto suas aspirações: de rivalizar com o Criador em poder. Conta-se que Deus ficou descontente com a humanidade por tão petulante iniciativa.

Deus então dispersou os construtores pelos 4 cantos da Terra, numa diáspora que impediu-os de falar uns aos outros. Esta diáspora levou à divisão dos construtores em grupos rivais. O surgimento das diferentes línguas veio como consequência da diáspora, e não como causa dela, como a história é, vez por outra, erroneamente contada.

Voltando ao campo da análise organizacional o importante, como sublinha Burrell, é o projeto comum, não a linguagem comum. A multiplicação das línguas, é conveniente enfatizar, surgiu do fim das atividades comuns e não o contrário.

Como vimos nesta pesquisa, o campo de estudos da administração de empresas no Brasil encontra-se em um estágio de desenvolvimento embrionário, distante ainda da fase de consolidação. O número de periódicos e de artigos publicados cresce ano a ano. Por outro lado, não escapa ao observador mais cuidadoso a baixa qualidade e a pequena relevância do que é publicado ou apresentado, isto tanto para a prática quanto para a teoria administrativa.

³² Burrell, G. "Normal Science, paradigms, metaphors, discourses and genealogies of analysis" In: Clegg, S., Hardy, C. & Nord, W. (Eds.) **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1996.

Entendemos que a parábola da Torre de Babel, se tomada como “metáfora” para a situação retratada pelo presente estudo, pode representar um alerta contra a falta de um projeto comum.

No Brasil, como em outras partes do mundo, a administração está em fase de construção teórica que deve ser vista como “preliminar”. Se o que ocorre entre nós pode ser abordado através da metáfora bíblica da Torre de Babel, devemos assinalar que Gibson Burrell utilizou esta metáfora referindo-se aos centros mais fecundos e normalmente formadores de opiniões e de tendências.

Não deve surpreender que a produção científica brasileira padeça dos mesmos problemas que estão contidos na Torre de Babel, agravados ou mitigados, dependendo do ponto de vista, pelas peculiaridades de nosso meio e de nossa tradição.

Mas convém explicitar as diferenças: enquanto nos centros mais desenvolvidos vive-se um momento de aumento da pluralidade (uma Babel própria do modernismo em suas fases mais avançadas), que seguiu um período no qual as condições mínimas de sustentação do campo foram criadas, no Brasil vive-se um momento mais caracterizado pelo caos endêmico (uma Babel pré-moderna). Tal situação, embora pareça pluralista, não é muito mais que a proliferação, mais ou menos randômica e sem propósito, de trabalhos de qualidade duvidosa.

Retomaremos, a seguir, a questão do *Modelo de Requisitos*, para discuti-la em um contexto mais amplo. Finalmente, esboçaremos algumas sugestões para evitar a “síndrome de Babel”.

2.1. Um modelo “preliminar” de requisitos

As condições sociais da produção científica e da avaliação de trabalhos – discutidas na seção 5.1 do Capítulo IV – ajudam a entender o “estado das coisas” do campo da administração no Brasil. Não se trata de criticar ou emitir qualquer juízo valorativo, mas simplesmente reconhecer situações e contextos que existiram e continuam existindo. É claro que, se tais condições deixaram traços, isto não significa que devam perpetuar-se.

Se realmente quisermos nos orientar para fazer frente este “fenômeno de Babel”, não poderemos nos furtar de aprofundar e firmar posição sobre algumas questões delicadas.

A primeira delas refere-se ao *Modelo de Requisitos*. Devemos talvez caracterizá-lo como modelo “preliminar” e concordar que sua existência implica em levar em consideração não só a pesquisa realizada, mas o estado da construção teórica e da produção científica em administração, além da própria concepção que se tenha de teoria científica.

Antes de mais nada, deve ser reconhecido que a Babel não é apenas administrativa, mas se estende a outras ciências sociais. Já se foram os tempos em que as ciências sociais ostentavam relativa segurança sobre o que deveria constituir a prática científica, incluindo a construção teórica, a metodologia e os métodos empregados. A insegurança e a controvérsia se instalaram na sociologia, na psicologia, na ciência política e na própria economia, unanimemente considerada a “mais bem sucedida” das ciências sociais, sob a perspectiva de construção científica e elaboração teórica. As mesmas dificuldades são encontradas na administração.

Se retornarmos ao final do século passado e início do nosso século, constataremos que a concepção de ciência e elaboração teórica subjacente às primeiras tentativas de tipo taylorista e fayolista coincidiam com o que se chamaria de ciência normal no

contexto de um paradigma de tipo neo-positivista, com ênfase no modelo de ciência proveniente das ciências exatas e biológicas. A adoção do funcionalismo representou uma tendência de confirmação desta posição.

Os resultados da construção teórica dentro de um paradigma funcionalista constituem hoje a parte mais representativa de conhecimento acumulado em administração. Porém, críticas surgiram, a partir da década de setenta, que descartam os conhecimentos e construções funcionalistas como parciais e comprometidos com determinada ordem política e social, deixando de lado uma série ponderável de questões e problemas relevantes.

A adoção gradual do “contingencialismo” trouxe inegável enriquecimento à pesquisa na área, eliminou o caráter pretensioso do “paradigma funcionalista” e relativizou os conhecimentos obtidos. Por outro lado destruiu um “sonho” importante na tradição ocidental que é o de uma ciência geral, universal e necessária, colocando em seu lugar o contingente, o casuístico e o necessariamente particularizado.

A questão da teoria da ciência na área de ciências sociais levanta mais um aspecto de dimensão crítica em nosso final de século. A concepção de uma ciência geral, universal e necessária pode ser vista como integrando uma visão de mundo na qual há uma tendência para uma homogeneização de conhecimentos, valores, percepções e atribuição de significado à realidade.

Isto implica num universo em que se reduz a multiplicidade em troca de uma convergência homogeneizadora. A teoria da ciência que lida com uma visão universal, geral e necessária acaba tendo que simplificar a realidade para poder entendê-la no contexto de uma determinada elaboração teórica.

A economia e as ciências sociais lidaram com modelos homogeneizadores, universais e que implicariam numa extensão a toda a humanidade de modelos de

estruturação econômica, políticos e sociais desenvolvidos no ocidente. O “mundo do futuro” seria necessariamente um mundo ocidentalizado.

Esta colocação, de profundo etnocentrismo, sempre se fez presente em todas as propostas ocidentais, incluindo o liberalismo, o marxismo, o neo-liberalismo e no momento atual a globalização. Um mundo globalizado será, na visão predominante, um mundo onde a economia se organizará entre o neo-liberalismo e a social democracia; adotar-se-ão modelos políticos de democracia representativa com um certo número de partidos políticos ligeiramente divergentes; haverá um estado nacional, embora suas atribuições possam variar dentro de certos parâmetros; e a organização familiar, os valores pessoais e as preferências e ideais de vida adotarão aquilo que acabou se desenvolvendo na cultura ocidental. Um mundo globalizado poderá absorver valores e instituições não necessariamente de origem ocidental, mas somente em certa medida. Os ingredientes fundamentais serão ocidentais.

À medida que há uma retórica “globalizante”, que tende à universalização e à homogeneização, há simultaneamente uma atitude crítica que olha com fundamentado ceticismo este discurso triunfalista.

A proposição de um *Modelo de Requisitos* poderia ser interpretada como uma pretensão de tipo universalizador que deseja impor um modelo único como sendo o adequado e propiciador da construção teórica e que permitiria o acúmulo de conhecimento científico na área de administração.

Porém, as condições de evolução do campo científico da administração, com a pluralidade de tendências hoje existente, nos impede de propor um *Modelo de Requisitos* que seja único e monolítico. Mas não nos impede de fazer algumas propostas, que incorporando o que de crítico está contido nos resultados empíricos de nossa pesquisa, levaria o campo a superar algumas das dificuldades percebidas.

2.2. Algumas sugestões

2.2.a. Sugestão nº 1: reconhecer a necessidade de um modelo

Porque deveríamos, afinal, adotar um modelo? Não seria mais razoável proceder libertariamente e prescindir de qualquer modelo produzindo uma “liberação geral”, no bojo da qual “desabrocharia” a criatividade científica?

Decidimos declinar desta posição e, ao fazê-lo, acreditamos estar adotando uma posição de relativa humildade diante do processo de produção de conhecimento. A renúncia a qualquer modelo em nome de uma liberdade ilimitada – que facilitaria a criação e a produção de conhecimentos – se faz pela afirmação de que não é possível produzir conhecimento sem algum tipo de parâmetro. Simplesmente porque a tarefa se torna por demais errática, difícil e sujeita a uma elevada incidência de insucessos, como a nossa pesquisa demonstrou.

Modelos que sejam suficientemente flexíveis auxiliam no processo de criação. Esta foi uma importante contribuição de Thomas Kuhn ao entendimento de como ocorre a produção e a acumulação de conhecimentos.

A não ser excepcionalmente, as pessoas envolvidas na pesquisa e geração de conhecimentos são seres humanos normais. Sempre houve e continua havendo pouquíssimos gênios. Enquanto não se tenha um avanço na tecnologia genética que nos permita produzir gênios por encomenda, continuaremos a depender de pessoas normais para realizar a maioria das tarefas humanas, inclusive para a produção de conhecimentos. Acreditamos que gênios em qualquer área de atividade humana tenham mais condições que a média das pessoas para buscarem e encontrarem seus caminhos, mesmo na ausência de parâmetros, paradigmas ou modelos. Mas não é este o caso da maioria das pessoas que se beneficiam de algum tipo de “orientação”.

Nossa posição é que a existência de modelos – que possam estabelecer balizas – é de extrema importância para nortear a produção de conhecimentos em administração. Nossa pesquisa demonstrou que, no Brasil, o discurso libertário pode ter-nos conduzido a uma prática libertina, com pouca eficácia, discutível qualidade e pouca propensão à acumulação.

2.2.b. Sugestão nº 2: adotar uma postura tolerante

Não somente pelas alterações que ocorreram na própria concepção de ciência, mas em nome de valores que hoje existem na comunidade científica e também considerando-se as características da área de administração, somos levados a propor que os critérios que orientam a produção de conhecimentos sejam marcados por um espírito de tolerância.

As considerações anteriormente feitas estão marcadas pela crítica de uma postura absolutizadora e pela adoção de uma postura relativizadora. Tal postura justifica-se primeiramente pela diversidade que hoje caracteriza o campo de estudo. Dependendo do tópico e/ou do objeto de estudo tratado, além, naturalmente, da posição do pesquisador, variará muito a concepção de ciência, a metodologia a ser adotada e conseqüentemente os critérios a serem utilizados. Vejamos alguns exemplos.

Se falamos de Comportamento Organizacional ou de Análise Organizacional, adentraremos o universo de teorias e metodologias que envolvem a sociologia, a psicologia, antropologia e, em menor grau, a história.

Se todavia nos dirigimos para a área de Finanças estaremos nos aproximando de um universo teórico onde tem aumentado o impacto da teoria econômica, e onde conseqüentemente a metodologia envolve modelagem matemática e o lidar com uma ciência de tipo “ideal”.

A área de Operações carrega marcas de origem que vêm da engenharia industrial ou operacional, com adições de objetivos maximizadores, retirados de modelos econômicos. Tal área faz uso também de modelagem o que conduz muitas vezes a elaborações de tipo “ideal”.

Se nos dirigimos à Estratégia, o ecletismo nos coloca face a face com elementos oriundos da teoria econômica, especialmente Organização Industrial e Teoria dos Jogos. E ainda se podem adicionar dimensões comportamentais, que são imprescindíveis para o entendimento da dimensão gerencial da estratégia.

Se nos dirigimos para estratégia na Administração Pública então seremos confrontados com variáveis da sociologia, da ciência política e do direito.

Portanto, seria problemático não ser tolerante com relação a critérios tanto devido à realidade da teorização científica neste final de século, como devido à diversidade das diversas áreas em que se subdivide a administração.

Entretanto, há de se considerar que ser tolerante só apresenta dificuldades, constituindo virtude para aqueles que se apegam a alguma concepção absoluta de ciência, principalmente para alguns adeptos compulsivos de algum paradigma. Já para os que não acreditam em nada de maneira absoluta, ser tolerante é quase um cômodo corolário.

2.2.c. Sugestão nº 3: limitar o nível e escopo da flexibilidade

Dada a diversidade das sub-áreas que constituem o campo da administração, e também supondo-se que se adote a tolerância mencionada, teremos grande diversidade na natureza do que vier a ser produzido.

Portanto se o *Modelo de Requisitos* tem que ser flexível, trata-se de saber exatamente no que consistirá tal flexibilidade. Isto quer dizer que os critérios adotados terão **importância e significado variável**, dependendo da área de conhecimento e de uma série de outros fatores.

2.3. Para evitar a “síndrome de Babel”

Pensamos que a construção de um projeto comum, ancorado em um *Modelo de Requisitos*, poderia prover uma base sólida para a edificação do campo da administração no Brasil e suavizaria a "síndrome de Babel". O que propomos não é a criação de um campo monolítico. Ao contrário, acreditamos, como Jeffcut³³, na acentuação da pluralidade como uma tendência positiva no campo.

Portanto, consideramos desejável para o desenvolvimento do campo de estudos da administração o estabelecimento de critérios mais claros para a avaliação de trabalhos. Tais critérios, convenientemente discutidos, adaptados e instrumentalizados a partir de referências como o *Modelo* aqui proposto, poderiam ser utilizados não apenas na seleção de trabalhos para publicação (ou apresentação) como também como elemento de orientação no treinamento de pesquisadores em cursos de pós-graduação.

Em suma, sugerimos que se caminhe em direção a maior clareza e definição.

VI. BIBLIOGRAFIA

Bacharach, S. Organizational theories: some criteria for evaluation. **Academy of Management Review**, 14(4): 496-515, 1989.

³³ Jeffcut, P. Op. Cit.

- Bertero, C. O. e Keinert, T. M. M., “A Evolução da Análise Organizacional no Brasil”. **Revista de Administração de Empresas**, 34(3): 81-90, 1994.
- Brief, A. P. e Dukerich, J. M. Theory in organizational behavior: Can it be useful? **Research in Organizational Behavior**, 13: 327-352, 1991.
- Burrell, G. “Normal Science, paradigms, metaphors, discourses and genealogies of analysis.” In: Clegg, S., Hardy, C. & Nord, W. (Eds.) **Handbook of Organization Studies**. London: Sage, 1996.
- Burrell, G. e Morgan, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. Londres, Heinemann, 1982.
- Cannella, Jr., A. A. e Paetzold, R. L. **Academy of Management Review**, 19(2): 331-341, 1994.
- Jeffcut, P. (1994). “The interpretation of organization: a contemporary analysis and critique”. **Journal of Management Studies**, 31(2): 225-250.
- Machado-da-Silva, C., Carneiro da Cunha, V. e Ambon, N., “Organizações: O estado da arte da produção acadêmica no Brasil”, in Anais do 14º. ENANPAD, vol. 6, Belo Horizonte, 1990, pp.11-28.
- Martins, G., “Epistemologia da Pesquisa em Administração”, in Anais do 20ª. ENANPAD, Rio de Janeiro, 1996.
- Morgan, G. **Images of Organization**. Newbury Park, California, Sage Publications, 1986.
- Pfeffer, J. Barriers to the advance of organizational science: paradigm development as a dependent variable. **Academy of Management Review**, 18(4): 599-620.

Poincaré, J. H. in Whetten, D. A. What constitutes a theoretical contribution? **Academy of Management Review**, 14(4): 490-495, 1989.

Sutton , R. I. e Staw, B. M. ASQ Forum: What theory is not. **Administrative Science Quarterly**, 40: 371-384, 1995.

Van de Ven, A. Nothing is quite so practical as a good theory. **Academy of Management Review**, 14(4): 486-489, 1989.

Vergara, S. Constant e Souza Carvalho Jr., D. Nacionalidade dos Autores Referenciados na Literatura Brasileira sobre Organizações, in Anais do 19^a. ENANPAD (Organizações), pp.169-188, 1995.

Weick, K. **Sensemaking in Organizations**. Newbury Park: Sage, 1996.

Weick, K. Theory construction as disciplined imagination. **Academy of Management Review**, 14(4): 516-531, 1989.

VII. ANEXOS

- Questionários utilizados nas entrevistas

**Formulário de Coleta -
Entrevista - Pesquisa Exploratória**

Entrevistado

Nome: _____

Instituição: _____

Áreas de pesquisa:

Entrevista

Entrevistador: _____

Data: _____/_____/_____

1. Introdução da Entrevista - até 5 minutos

- Explicação sumária: (1) objetivo do estudo; (2) partes do estudo; (3) objetivo da entrevista; e (4) forma de condução da entrevista.

2. Parte Espontânea - de 25 a 35 minutos

- Questão genérica:

Quais os critérios que, na sua opinião, devem ser usados para medir/avaliar o nível de significância ou a qualidade de uma contribuição científica em administração no Brasil?

Anotar: (1) **Critérios e Fatores de avaliação citados** (explicação/exemplos); (2) **ordem ou priorização** dada (se dada); e (3) **nível de importância de cada fator ou critério.**

***Formulário de Coleta -
Entrevista - Pesquisa I - (cont.)***

4. Fechamento/Comentários e Sugestões - até 10 minutos

Que periódicos NO BRASIL e NO EXTERIOR o entrevistado acredita que, em seu campo de pesquisa, mais perto chegam de seguir os critérios e fatores de avaliação que citou:

BRASIL: _____

EXTERIOR: _____

Sugestões para composição da amostra da Pesquisa II, em termos de associações, corpos editoriais, comitês de avaliação, fontes de nomes de *referees* de produção acadêmica, etc.:

Outras sugestões e comentários quanto a (1) o estudo; (2) a entrevista; e (3) implicações/debate/ veiculação dos resultados do trabalho.

**Formulário de Coleta -
Entrevista - Pesquisa I – (cont.)**

<i>Critérios</i> <i>Fatores</i>	ATUALIDADE Informado?	EFICIÊNCIA Bem feito?	RELEVÂNCIA Útil? Cabível? Surprising?
Concepção Tema Objetivos/Pergunta de Pesquisa Nível de Análise Delimitação do Objeto			
Modelagem Método de investigação Modelo conceitual (what ifs)			
Execução Pesquisa teórica Pesquisa empírica (se cabível)			
Apresentação/Forma Redação Sistematização/apresentação dos resultados Conclusões/Reply à pergunta de pesquisa Sugestões de pesquisa futura			
Outros Nome Filiação institucional Opinião/Ideologia			

**Formulário de Coleta -
Entrevista - Pesquisa I - (cont.)**

QUESTÕES TÍPICAS POR CRITÉRIO

1. CRITÉRIO ATUALIDADE

- (Fator é) informado?
- Batido demais?
- Deixa claro seus pontos de referência ou partida? São atuais?
- Deixa claro se corrobora ou não a posição das principais perspectivas no campo?
- Pesquisou o que já existe no campo a respeito?
- Está atualizado com as principais referências do campo?
- Usa referências primárias?
- Usa diversidade de referências ou somente cita “no arraial”?
- Conhece os padrões, métodos ou prismas de pesquisa mais recentes em seu campo?

2. CRITÉRIO EFICIÊNCIA

- Trabalho é *bem feito* no que se propõe e se comparado a outros trabalhos congêneres no seu campo?
- Tema, objeto e objetivos bem delimitados?
- Utiliza referencial / nível de análise apropriado?
- Meta/Pergunta de pesquisa possível de ser respondida?
- Modelagem do estudo é lógica, bem feita e bem pensada?
- Escolheu método apropriado para o seu propósito?
- Atinge os seus objetivos? Cumpre os propósitos estipulados? Faz o “reply” da pergunta de pesquisa proposta? Explica por quê?
- Explora explicações alternativas para os resultados do estudo, que poderiam refutar suas próprias conclusões?

***Formulário de Coleta -
Entrevista - Pesquisa I - (cont.)***

QUESTÕES TÍPICAS POR CRITÉRIO - (cont.)

3. CRITÉRIO RELEVÂNCIA

- Trabalho, tema e/ou pergunta de pesquisa (objetivo) é cabível e apropriado?
- É context-conscious? É crítica? É social ou gerencialmente útil?
- É contributivo para a pesquisa do tema no mundo ou para a divulgação/expansão do conhecimento no país?
- Método ou modelagem do estudo é útil para pesquisa futura no campo, mesmo que em outro tema, propósito ou sentido?
- Gera surpresa ou provoca o interesse e a curiosidade (presente e futura) do leitor?
- Agrega para futuros esforços de expansão do conhecimento no campo ou na administração (no mundo ou no contexto local)?

Roteiro de Entrevista

Pesquisa de Campo

Objetivos

A segunda fase desta pesquisa se propõe a:

- **Verificar**, através de entrevistas com *referees* de publicações e *outlets* de pesquisa em administração, **quais os critérios de avaliação que são realmente utilizados** nas diversas áreas temáticas de administração no Brasil.

Aspectos Gerais

Amostra

Serão entrevistados cerca de 50 *referees* de publicações e *outlets* das diversas áreas de administração do Brasil, representando:

- a) os principais periódicos acadêmicos em administração no Brasil;
- b) diferentes graus de “exposição” ao mundo acadêmico fora do Brasil;
- c) diferentes níveis de experiência profissional;
- d) diversos paradigmas e estilos de pesquisa científica usados em administração no Brasil;
- e) diversas áreas e campos funcionais da administração no Brasil; e
- f) diversas regiões do Brasil

Coleta de Dados

A pesquisa será conduzida através de entrevistas semi-estruturadas.

Roteiro da Entrevista - Pesquisa de Campo (cont.)

Cada entrevista irá durar aproximadamente quarenta e cinco minutos, dividindo-se em quatro partes:

1. Introdução da Entrevista - até 5 minutos

- Neste ponto da entrevista, o entrevistado ouvirá uma explicação sumária do objetivo do estudo, de suas partes, do objetivo da entrevista e sua forma de condução.

2. Identificação - aproximadamente 10 minutos

- Nesta etapa o entrevistador colocará uma série de questões visando identificar o entrevistado, sua experiência, área de atuação etc.

3. Questões - aproximadamente 25 minutos

- Nesta parte da entrevista, o entrevistador colocará 3 questões ao entrevistado:
 - A partir da identificação do **melhor trabalho** avaliado pelo entrevistado nos últimos dois anos, quais os 5 adjetivos ou qualidades que o caracterizam. Após listar (e definir) estes adjetivos ou qualidades, o entrevistado deverá classificá-los de acordo com seu grau de importância.
 - A partir da identificação do **pior trabalho** avaliado pelo entrevistado nos últimos dois anos, quais os 5 adjetivos ou qualidades que o caracterizam. Após listar (e definir) estes adjetivos ou qualidades, o entrevistado deverá classificá-los de acordo com seu grau de importância.
 - Do ponto de vista do entrevistado, quais os critérios que deveriam ser utilizados para avaliação de trabalhos científicos na sua área. O entrevistado deverá também atribuir o grau de importância para cada item.

4. Conclusão - até 5 minutos

- Ao final da entrevista, o entrevistador deverá solicitar ao entrevistado que faça comentários gerais sobre o tema da pesquisa. Os comentários não são obrigatórios.

Roteiro da Entrevista - Pesquisa de Campo (cont.)**IDENTIFICAÇÃO**

1. Entrevistadora: () Beatriz () Carmen () Célia () Sônia

2. Data: ____/____/1997

3. Entrevistado: _____

4. Instituição: _____

5. Região:

() Sul () Centro-oeste () Nordeste

() Sudeste () Norte

6. Área temática dominante:

() Finanças () Marketing

() Organizações () Saúde

() Recursos Humanos () Produção e Tecnologia

() Administração Pública () Informática e métodos quantitativos

() Outros – identificar: _____

7. Formação:

	instituição	país	ano de conclusão
graduação			
mestrado			
doutorado <i>sandwich</i>			
doutorado			
pós-doutorado			

Roteiro da Entrevista - Pesquisa de Campo (cont.)

8. Inserção com o mundo acadêmico no exterior
(A=Alta, M=Média, B=Baixa, 0= Nenhuma):
- leitura dos principais periódicos publicados no exterior na área de atuação
 - participação em congressos e eventos no exterior
 - apresentação de trabalhos em congressos e eventos no exterior
 - vínculo como *referee* com publicações no exterior
 - vínculo de pesquisa com instituições e/ou pesquisadores no exterior
 - vínculo como professor em instituições no exterior
 - publicação de capítulos de livros, livros ou artigos no exterior
 - outras formas – identificar _____
9. Países como os quais tem inserção no mundo acadêmico:
- Estados Unidos
 - Reino Unido
 - França
 - Canadá
 - Itália
 - Portugal
 - Espanha
 - Outros – identificar: _____
10. Experiência como *referee*. Periódicos e *outlets* para os quais atua como *referee* no Brasil:
- | | |
|--------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> RAE | <input type="checkbox"/> RAP |
| <input type="checkbox"/> RAUSP | <input type="checkbox"/> Enanpad |
| <input type="checkbox"/> RAC | <input type="checkbox"/> Outros – identificar: _____ |

Roteiro da Entrevista - Pesquisa de Campo (cont.)

11. Experiência como *referee*. Tempo aproximado de atuação como *referee*:
- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> 1 ano ou menos | <input type="checkbox"/> 6 anos |
| <input type="checkbox"/> 2 anos | <input type="checkbox"/> 7 anos |
| <input type="checkbox"/> 3 anos | <input type="checkbox"/> 8 anos |
| <input type="checkbox"/> 4 anos | <input type="checkbox"/> 9 anos |
| <input type="checkbox"/> 5 anos | <input type="checkbox"/> 10 anos ou mais |
12. Experiência como *referee*. Número aproximado de trabalhos avaliados nos últimos 12 meses:
- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 0 a 5 trabalhos | <input type="checkbox"/> 16 a 20 trabalhos |
| <input type="checkbox"/> 6 a 10 trabalhos | <input type="checkbox"/> 21 trabalhos ou mais |
| <input type="checkbox"/> 11 a 15 trabalhos | |
13. Sobre o processo de avaliação:
- nunca conhece o autor e a instituição
 - raramente conhece o autor e a instituição
 - frequentemente conhece o autor e a instituição
 - sempre conhece o autor e a instituição

Roteiro da Entrevista - Pesquisa de Campo (cont.)

O MELHOR TRABALHO AVALIADO (últimos 2 anos)

14. Cinco adjetivos ou qualidades do artigo (assinalar prioridade, numerando de 1 a 5, após concluir a lista - Entrevistador: assegurar que definição do adjetivo foi esclarecida):

() _____
() _____
() _____
() _____
() _____

15. Publicação em periódico ou apresentação em *outlet*:

() O artigo foi/será publicado ou apresentado. Veículo: _____
() O artigo não foi publicado ou apresentado

16. Sobre o processo de avaliação:

() sabia quem era o autor e/ou a instituição
() tinha uma idéia de quem era o autor e/ou a instituição
() não sabia nem desconfiava quem era o autor e/ou a instituição

17. Sobre a relação com o tema do trabalho:

() o *referee* pesquisa/pesquisou ou escreve/escreveu sobre o tema específico do trabalho (tema específico é diretamente afeto à sua própria área de pesquisa)
() a pesquisa do *referee* transita apenas marginalmente sobre o tema específico do trabalho (tema específico é somente indiretamente afeto à sua própria pesquisa)
() o *referee* não pesquisa/escreve sobre o tema do trabalho, mas o conhece pela sua atuação em ensino (não é diretamente afeto à sua própria área de pesquisa)

Roteiro da Entrevista - Pesquisa de Campo (cont.)**O PIOR TRABALHO AVALIADO**

18. Cinco adjetivos ou “defeitos” do artigo (assinalar prioridade numerando de 1 a 5, após concluir a lista - Entrevistador: assegurar que definição do adjetivo foi esclarecida):
- () _____
- () _____
- () _____
- () _____
- () _____
19. Publicação em periódico ou apresentação em *outlet*:
- () O artigo foi/será publicado ou apresentado. Veículo: _____
- () O artigo não foi publicado ou apresentado
20. Sobre o processo de avaliação:
- () sabia quem era o autor e/ou a instituição
- () tinha uma idéia de quem era o autor e/ou a instituição
- () não sabia nem desconfiava quem era o autor e/ou a instituição
21. Sobre a relação com o tema do trabalho:
- () o *referee* pesquisa/pesquisou ou escreve/escreveu sobre o tema específico do trabalho (tema específico é diretamente afeto à sua própria área de pesquisa)
- () a pesquisa do *referee* transita apenas marginalmente sobre o tema específico do trabalho (tema específico é somente indiretamente afeto à sua própria pesquisa)
- () o *referee* não pesquisa/escreve sobre o tema do trabalho, mas o conhece pela sua atuação em ensino (não é diretamente afeto à sua própria área de pesquisa)

CRITÉRIOS

22. Quais os critérios que, na sua opinião, deveriam ser utilizados na avaliação de trabalhos científicos em administração na sua área temática? Atribua um grau de importância para cada critério assinalado
(A=Alto, M=Médio, B=Baixo, 0=Nenhuma importância/ Não assinalado)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> concepção | <input type="checkbox"/> durabilidade |
| <input type="checkbox"/> “oportunismo” e pertinência (ao momento) | <input type="checkbox"/> nível em que é advocativo |
| <input type="checkbox"/> rigor metodológico | <input type="checkbox"/> modelagem |
| <input type="checkbox"/> atualidade/nível de informação | <input type="checkbox"/> eficácia na execução |
| <input type="checkbox"/> contribuição para o conhecimento | <input type="checkbox"/> consistência/coerência (sustentação - argumento) |
| <input type="checkbox"/> originalidade/inação | <input type="checkbox"/> utilidade para pesquisa futura |
| <input type="checkbox"/> “surprising” | <input type="checkbox"/> legibilidade |
| <input type="checkbox"/> concisão | <input type="checkbox"/> atratividade do texto |
| <input type="checkbox"/> utilidade prática | <input type="checkbox"/> atratividade do trabalho p/ o público alvo |
| <input type="checkbox"/> tamanho | <input type="checkbox"/> uso rico da língua portuguesa |
| <input type="checkbox"/> instituição de origem | <input type="checkbox"/> opinião/ideologia |
| <input type="checkbox"/> citação de autores consagrados | <input type="checkbox"/> descrição de exemplos práticos |
| <input type="checkbox"/> identidade do autor | <input type="checkbox"/> uso de ferramentas estatísticas |
| <input type="checkbox"/> _____ | <input type="checkbox"/> _____ |
| <input type="checkbox"/> _____ | <input type="checkbox"/> _____ |

CONCLUSÃO

23. Comentários e sugestões finais
